Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Wesley Anderson de Souza
(Organizadores)

A SOCIOLOGIA

e as formações sociais

Atena
Editora
Ano 2022



Marcelo Máximo Purificação
Maria Filomena Rodrigues Teixeira
Wesley Anderson de Souza
(Organizadores)

A SOCIOLOGIA

e as formações sociais

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Bruno Oliveira
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Natália Sandrini de Azevedo
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

A sociologia e as formações sociais

Diagramação:	Bruno Oliveira
Correção:	Mariane Aparecida Freitas
Indexação:	Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão:	Os autores
Organizadores:	Marcelo Máximo Purificação Maria Filomena Rodrigues Teixeira Wesley Anderson de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 A sociologia e as formações sociais / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Maria Filomena Rodrigues Teixeira, Wesley Anderson de Souza. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0663-1
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.631222009

1. Sociologia. 2. Ciências sociais. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Teixeira, Maria Filomena Rodrigues (Organizadora). III. Souza, Wesley Anderson de (Organizador). IV. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Atena Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor, saudação.

Apresentamos a obra "Sociologia e as Formações Sociais". A sociologia é uma ciência que se concentra no estudo das relações formadas entre os seres humanos e o ambiente em que vivem, incluindo a participação em comunidades, grupos e organizações. Parte dos seus interesses de investigação relacionam-se com as mais diversas culturas e formações sociais. Este trabalho está organizado em 6 capítulos teóricos cujos objetivos confirmam a compreensão e classificação das formações sociais, comunidades e agrupamentos humanos. O tema do primeiro capítulo é "A Presença Moura no Brasil na perspectiva de Gilberto Freyre e Câmara Cascudo" e gira em torno das seguintes palavras-chave: presença moura no Brasil, árabes e identidade nacional. O capítulo dois, "A Representação Simbólica do Negro no Livro Didático Escolar: Uma Leitura de Norbert Elias. Capítulo três, "O problema ambiental como problema social". Capítulo quatro, "Sociologia do conhecimento: atualidade e pertinência". Capítulo cinco, "Sociologia: surgimento e importância em diferentes cursos de graduação". Capítulo seis, "Novas tecnologias e desafios à democratização do acesso: como a exclusão digital afeta os catadores de materiais recicláveis no Brasil". A obra intercruza, pesquisas e estudos de pesquisadores das seguintes instituições: Instituto de Cultura Árabe Brasileira, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Coimbra, Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Universidade Estadual do Paraná e da Universidade Federal de Juiz de Fora. Com isso, a obra, acaba sendo um convite à emersão social e a reflexões sobre a Sociologia e as Formações Sociais. Desejamos a todos boa sorte na leitura e boas reflexões.

Marcelo Máximo Purificação

Maria Filomena Rodrigues Teixeira

Wesley Anderson de Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

A PRESENÇA MOURA NO BRASIL NA PERSPECTIVA DE GILBERTO FREYRE E CÂMARA CASCUDO

Data de aceite: 01/09/2022

Patrícia Dario El-moor Hadjab
Doutora em sociologia pela Universidade de Brasília e coordenadora cultural do Instituto de Cultura Árabe Brasileira (Icab)

Este texto foi apresentado no Congresso Internacional de Ciências Sociais e Humanas realizado na Universidade de Salamanca em comemoração pelos 120 anos de nascimento de Gilberto Freyre em fevereiro de 2020.

RESUMO: Junto aos povos que aportaram no Brasil ao longo dos últimos séculos trazendo diversas culturas estrangeiras, os árabes também deixaram sua contribuição na construção de uma identidade nacional. Neste sentido, a percepção de possíveis arabicidades na cultura brasileira tem sido objeto de reflexão em diversas áreas. Nas ciências sociais, o tema ainda é cercado de lacunas, carecendo de estudos que ofereçam maior reflexão sobre como essa "presença árabe" permeia a sociedade, manifestando-se em distintos graus de profundidade. No século XX, intelectuais brasileiros iniciaram uma discussão sobre a herança "moura" no Brasil decorrente de uma forte influência ibérica que nos remete a tempos imemoriais. Dentre eles, é possível destacar Gilberto Freyre e Câmara Cascudo que em suas obras chamaram atenção para uma espécie de legado ibérico-mouro precedente aos intensos fluxos migratórios do século 20, mostrando que é possível falar sobre essa presença a partir de outros prismas, indo além das estatísticas e dados sobre os imigrantes árabes que se instalaram no Brasil em busca de uma vida com novas oportunidades.

PALAVRAS-CHAVE: Presença moura no Brasil, árabes, identidade nacional.

1 I INTRODUÇÃO

Junto aos povos que aportaram no Brasil ao longo dos últimos séculos trazendo diversas culturas estrangeiras, os árabes também deixaram sua contribuição na construção de uma identidade nacional.

Contudo, a palavra "árabe" carrega um conjunto de significados e representações sociais, podendo ser usada com conotações distintas nos diversos campos de conhecimento existentes, tais como o geográfico, o linguístico e o histórico. Também, frequentemente, é associada a assuntos religiosos e políticos, sendo comum despertar posicionamentos carregados de preconceitos e desinformação.

Chama atenção a complexidade do debate sobre o que significa ser árabe hoje em dia e as implicações sociais, políticas, econômicas culturais, linguísticas dessa discussão, apenas para citar alguns exemplos de fatores que interferem nesse assunto. Consequentemente, na cultura brasileira há de se falar em distintas "presenças árabes", já que elas podem ser sentidas por meio de experiências e enfoques plurais, haja vista que a percepção sobre quem

sejam os “árabes” varia consideravelmente.

1.1 Objetivo

Parte das reflexões apresentadas ao longo deste texto estão presentes na tese de doutorado defendida pela autora deste artigo no âmbito do departamento de sociologia da Universidade de Brasília (HADJAB, 2014). Embora a pesquisa realizada naquela ocasião não tenha sido especificamente sobre a obra de Gilberto Freyre e Câmara Cascudo, o pensamento destes autores inspirou uma parte significativa dos estudos à época realizados.

Neste sentido, cabe menção que a revisão de literatura feita naquele momento permitiu dividir as publicações sobre os árabes no Brasil, primordialmente, dentre os seguintes temas: (i) a vinda de sírios e libaneses que deixaram suas terras quando elas ainda estavam sob domínio Otomano; (ii) a recente imigração árabe, que se deu especialmente por libaneses que deixaram seu país durante a guerra civil que se instalou entre 1975 e 1990, e palestinos, que também vieram em momentos distintos; (iii) o peso da questão religiosa nos processos de adaptação dos imigrantes; (iv) as contribuições dos mascates e comerciantes árabes para o desenvolvimento econômico no interior do país; e, por fim, e em menor frequência, (v) o reconhecimento de uma presença árabe no Brasil especialmente no processo de caldeamento das nossas matrizes culturais.

Este último tema, que trata da uma presença árabe no Brasil anterior aos fluxos migratórios iniciados nas últimas décadas do século XIX, é o eixo central deste artigo, onde procuraremos identificar de que maneira Gilberto Freyre e Câmara Cascudo apontaram para uma espécie de “presença moura” na cultura brasileira e como isso impactou na construção de uma identidade nacional.

2 | AS DIFERENTES PRESENÇAS ÁRABES NO BRASIL

Do ponto de vista migratório, a vinda dos árabes, iniciada mais precisamente em 1871, fez-se tradicionalmente com moradores do campo, lavradores ou proprietários de terras. Além do mais, diferentemente das levas migratórias italianas, espanholas e portuguesas, cuja chegada era acompanhada por uma expectativa de se “mudar a composição social do Brasil, os sírios e libaneses vieram por conta própria e sem alarde” (LESSER, 2001).

Para Hajjar (1985), o deslocamento dos árabes para o Brasil é frequentemente registrado em duas grandes etapas, sendo que cada uma delas foi formada por diferentes levas migratórias. A primeira teria se iniciado por volta de 1860/1870 e terminado com o início da Segunda Guerra Mundial. Dentro desse período, são percebidos três fluxos: de 1860 a 1900; de 1900 a 1914, e de 1918 a 1938. Já a segunda etapa, cujo início se deu em 1945, continua até os dias atuais. Nesse segundo momento, são identificadas outras três levas imigratórias, que dão sequência aos fluxos anteriores. São elas: de 1945 a 1955; de 1956 a 1970, e, por fim, a última leva, que teve início por volta de 1971 e prossegue ainda

hoje.

De modo geral, a principal diferença entre as duas grandes etapas do processo migratório árabe para o Brasil é que a primeira foi marcada por imigrantes cristãos majoritariamente sírio-libaneses que teriam deixado suas terras por causa do domínio otomano, enquanto a segunda teve início após a segunda grande guerra e é composta por grupos mais heterogêneos – cristãos e muçulmanos oriundos de um maior número de países árabes. Convém lembrar que em comum entre as diferentes levas migratórias, pode-se citar o fato de que essa imigração está pautada pela espontaneidade, ou seja, não houve nenhuma participação direta do governo ou de outras forças que promoveram esse fluxo. Tal fenômeno é explicado em razão de que durante muitos anos seria impossível que os governos dos países árabes participassem de algum acordo, uma vez que seus Estados conquistaram sua soberania após a segunda grande guerra.

Importante acrescentar, ainda, que a partir da quinta leva migratória, que teve início poucos anos antes da década de 1960, destaca-se uma significativa entrada de palestinos, os quais se instalaram, de modo geral, em cidades distintas daquelas que anteriormente haviam recebido boa parte dos imigrantes anteriores. O sul do país destacou-se como uma nova rota, sendo Foz do Iguaçu o mais recente e principal ponto de atração, especialmente de famílias muçulmanas. Esse movimento foi reforçado na década seguinte, quando teve início a sexta e última leva migratória, que se assemelha à anterior – exceto pelo fato de que, a partir dos anos 1970, muitos atos revolucionários de guerrilheiros palestinos iniciaram-se por todo o mundo – alterando sobremaneira a inserção do árabe nos países para os quais migravam.

A revisão bibliográfica acerca da história da imigração árabe para o Brasil sinaliza para a existência de levas migratórias ocorridas após a década de 1970, as quais foram marcadas por outras características, diferentes das anteriores. No caso dos imigrantes que procediam principalmente do Líbano, cabe ressaltar que, inicialmente, deixavam seus países devido à guerra civil no país (1975-1990). Já o deslocamento palestino tem relação profunda com as políticas de ocupação israelense aplicadas em Gaza e na Cisjordânia.

A relevância do elemento árabe na cultura brasileira pode ser vislumbrada por meio das palavras do professor honorário do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), falecido em março de 2012, o geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber: "no conjunto atual da população brasileira, existe um representante do mundo árabe para cada 150 brasileiros, e mais dois descendentes para igual número de nacionais" (FUNDAG, 2000).

Entretanto, mergulhando um pouco mais a fundo na possível influência dos povos árabes na cultura brasileira, percebe-se que falar sobre essa presença é ir muito além de censos e registros estatísticos.

> O ponto de partida de nossos vínculos é anterior ao estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Egito, ou às viagens do imperador Dom

> Pedro II ao Líbano. Suas origens situam-se mesmo antes do fluxo migratório de sírios e libaneses desde as últimas décadas do século XIX. Na verdade, a mentalidade, a arte, a técnica e a cultura material árabes estão presentes desde a gênese ibérica do Brasil colônia. (CHOHFI, 2000)

E ainda:

> Para o Brasil é provável que tenham vindo, entre os primeiros povoadores, numerosos indivíduos de origem moura e moçárabes, junto com cristãos-novos e portugueses velhos. (FREYRE, 2003, p. 256)

2.1 A presença moura no Brasil

No século XX, alguns intelectuais brasileiros iniciaram uma discussão sobre herança “moura” no Brasil e, embora estudos sob esta perspectiva não tenham recebido expressiva atenção de acadêmicos brasileiros, percebe-se uma crescente demanda por material informativo a respeito do al-Andalus, tema ainda visto no país como algo distante, tanto no tempo quanto no espaço.

No século VIII, a Península Ibérica viu florescer uma civilização que se tornou um importante centro cultural, mantendo relações diplomáticas com os reinos cristãos, até mesmo com o Império Bizantino. Córdoba, Sevilha e Granada, outrora chamadas de Qurṭuba, Ishbiliya e Gharnāṭah, foram algumas das testemunhas de um período conhecido como al-Andalus e que se estendeu por um largo período na Península Ibérica.

Segundo Abreu and Aguilera (2010), a longa permanência de uma chamada “cultura árabe” na Península Ibérica, que se estendeu por mais de setecentos anos, bem como o “refinamento cultural dos muçulmanos em relação aos hispanos, visigodos e cristãos” (2010, p.8), fizeram com que uma série de traços culturais permanecessem na região peninsular, resultantes desse período de contato sociocultural, incluído, particularmente, o linguístico.

No período das grandes navegações, o Novo Mundo assimilou parte da cultura árabe que havia sido trazida pelos espanhóis e portugueses, e hoje a sua influência é visível em traços do cotidiano. O café, por exemplo, foi introduzido pelos árabes na Europa, assim como o cultivo do arroz, alimento tipicamente chinês, mas que conquistou o resto do mundo pelos árabes. Igualmente na arquitetura sul-americana, é possível encontrar traços da cultura árabe trazida pelos ibéricos no uso dos azulejos decorativos, no chafariz, nos pátios floridos e nos detalhes em arabescos.

Estudos sobre assuntos os mais variados, tais como a história de instrumentos musicais ou a origem de iguarias que fazem parte do cardápio do povo brasileiro revelam algumas curiosidades relacionadas a essa influência cultural. Entre elas, por exemplo, está a introdução de um instrumento de percussão africano de origem árabe ao samba, conhecido como adufe, um instrumento folclórico membranofone, de percussão, também chamado adufo. De origem moura, trata-se de uma espécie de pandeiro quadrado, sem

os discos de metal, oco e de madeira leve, que se toca com os dedos, sustentado pelos polegares, e que aparece em festas tais como Folia-de-Reis, Folia-do-Divino, Congadas, entre outras (VARGENS and MONTE, 2004).

A influência nos idiomas português e espanhol pode ser notada em uma infinidade de palavras, tais como açougue, tambor, arroba, cenoura etc. Cabe destacar que a grande maioria das palavras iniciadas por "al", artigo definido na gramática do idioma árabe foi sendo incorporado por nossos antepassados. Como bem apontou Antônio Houaiss:

> Na verdade, é Idade Média para o ocidental, mas, para o árabe, é o período de esplendor. Essa diferença explica, então, este fenômeno muito singular: num total de três mil a três mil e duzentas palavras do português primitivo, há, no mínimo, oitocentas palavras de origem árabe. Numa estatística verbal, contemporânea de então, é impressionante o acervo de palavras árabes que existiam vivas no português. Representam algo em torno de 25% do vocabulário da língua portuguesa primitiva. E essa estatística toma em conta, também, os vocábulos então recém-derivados. (HOUAISS, 1986).

Na alimentação, é possível recordar o alfajor (castelhano), um doce tradicional da Espanha, Argentina, Chile, Peru, Uruguai e outros países ibero-americanos, cujo nome vem do árabe al hasu, que significa recheado. Também o "alfenim", doce encontrado no interior do Goiás, ou de alguns estados do Nordeste, definido por Luís da Câmara Cascudo como "uma massa de açúcar, seca, muito alva" em forma de animais, flores, cachimbos, peixes. Essa palavra vem do árabe al-fenid ou al-fanid, e significa branco ou alvo. Segundo Cascudo (Apud VALENTE, 1995, p. 141), o Alfenim foi muito popular em Portugal nos fins do século XV e princípios do século XVI, tendo sido citado em obras de Gil Vicente e de Jorge Ferreira de Vasconcelos.

> Seja por sua profunda influência em Portugal, seja pela forte imigração no último século, a cultura árabe tem presença garantida na história e na sociedade brasileiras. Junto com os colonizadores, no século XVI, desembarcaram heranças de sua língua, música, culinária, arquitetura e decoração, técnicas agrícolas e de irrigação, farmacologia e medicina. É que os árabes dominaram por quase oito séculos a Península Ibérica. Significativamente, Granada, seu último reduto em solo europeu, foi conquistada pelos cristãos em 1492, mesmo ano em que Colombo chegava à América. (TRUZZI, 2009)

Em 1933, ao publicar Casa Grande & Senzala, Gilberto Freyre sinalizou para a importância do contato entre os portugueses e mouros durante a Idade Média, o que teria sido fundamental para que os lusitanos realizassem com sucesso a empreitada das grandes navegações.

> "Ainda uma observação sobre os mouros e os moçárabes; sobre o processo de valorização desses dois elementos. A era comercial portuguesa, a princípio de comércio limitado à Europa, quando muito estendendo-se ao Levante, mas, a partir do século XV, de empresas ousadamente ultramarinas, foi particularmente favorável, como já dissemos, aos antigos servos. Permitiu-lhes empenharem-se, já homens livres, em aventuras cheias de possibilidades de engrandecimento social e econômico. Para o Brasil é provável que tenham

vindo, entre os primeiros povoadores, numerosos indivíduos de origem moura e moçárabes, junto com cristãos-novos e portugueses velhos." (FREYRE, 2003, p. 155)

A dualidade na cultura e no caráter dos portugueses acentuou-se sob o domínio mouro, e uma vez vencido, o povo africano persiste sua influência através de uma série de efeitos da ação e do trabalho dos escravos sobre os senhores. A escravidão a que foram submetidos os mouros e até moçárabes, após a vitória cristã, foi o meio pelo qual se exercem sobre o português decisiva influência, não só particular do mouro, do maometano, do africano, mas geral, do escravo. [...] Sem a experiência moura, o colonizador teria provavelmente fracassado nessa tarefa formidável. (FREYRE, 2003, p. 285)

São inúmeras as referências à presença moura na cultura brasileira ao longo da obra Casa Grande & Senzala. Cabe comentar que muitos dos exemplos dados por Freyre não dispõem de uma fonte concreta, tendo sido fruto de observação por parte do autor ao longo de sua própria trajetória.

"Se foram os cruzados que trouxeram às Espanhas o moinho de vento, aplicado em certas partes da América - nas índias Ocidentais, por exemplo - à indústria do açúcar, foram os mouros que introduziram em Portugal o moinho de água, ou azenha, avô do engenho colonial brasileiro de moer cana pelo impulso da queda de água sobre uma grande roda de madeira." (FREYRE, 2003, p.152)

Em uma direção semelhante, ao publicar em 1936, Sobrados e Mucambos, Freyre deu sequência ao desenvolvimento de ideias apresentadas anteriormente, sobre o embate entre o Ocidente e o Oriente, no Brasil, durante o século XIX, mantendo sempre o argumento de que a cultura brasileira teria sido gerada a partir de uma matriz oriental de valores, hábitos e conceitos sobre o mundo. Em outras palavras, em sua obra é possível identificar um pensamento acerca de uma orientalidade e de um amouriscamento do Brasil.

"Aos mouros se deve atribuir o gosto pelas fontes, tão comuns nos jardins e nos pátios dos sobrados do Recife, pelos chafarizes e pelas bicas onde a pequena burguesia de Salvador ia de noite refrescar-se, tomar banho, lavar os pés. O muito gasto de água nas cidades." (FREYRE, 2013, p. 195)

"[...] o ideal de mulher gorda e bonita, peitos grandes, nádegas opulentas de carne – o dos mouros; o jeito das senhoras se sentarem de pernas cruzadas, pelos tapetes e pelas esteiras, em casa e até nas igrejas – ainda o das mulheres mouras; mouro o costume delas taparem o rosto quase todo, só deixando de fora os olhos, ao saírem de casa para a igreja; mouro o gosto do azulejo na frente das casas ou dos sobrados, no rodapé dos corredores, nas fontes, nos chafarizes..." (FREYRE, 2013, p. 269)

A obra de Freyre permite reunir um conjunto de informações sobre como esta presença moura persistiu na vida íntima do brasileiro desde os tempos coloniais até os dias de hoje, a partir de sua permanência na Península Ibérica.

Através desse elemento moçárabe é que tantos traços da cultura moura e mourisca se transmitiram ao Brasil. Traços de cultura moral e material. [...] Diversos outros valores materiais, absorvidos de cultura moura ou árabe

> pelos portugueses, transmitiram-se ao Brasil: a arte do azulejo que tanto relevo tomou em nossas igrejas, conventos, residências, banheiros, bicas e chafarizes; a telha mourisca; a janela quadriculada ou xadrez; a gelosia; o abalcoado; as paredes grossas. Também o conhecimento de vários quitutes e processos culinários; certo gosto pelas comidas oleosas, gordas, ricas em açúcar. O cuscuz, hoje tão brasileiro, é de origem africana. (FREYRE, 2003, p. 298)

De forma semelhante, Câmara Cascudo (2001, p.15), também identificou traços da presença árabe na cultura brasileira. E, assim como Gilberto Freyre, optou pelo termo mouro ao invés de árabe, pois, segundo ele, sua intenção era falar sobre aquele que viajou para o Brasil na memória do colonizador e que aqui ficou. Segundo ele, a opção pelo uso da palavra mouro, ao invés de árabe ou sarraceno, deve-se ao fato de que este era mais constante na Península Ibérica:

> [...] lembrando os berberes, mouros históricos, reinando na Espanha, vivos na recordação lusitana, Ifriqiya e Maghreb. No Brasil, árabe tomou-se genérico nas últimas décadas do século XIX com a emigração da Síria e do Líbano, nominal popularíssimo, inclusive com o falso sinônimo de turco, vendedor ambulante que seria também o regatão, familiar nos rios amazônicos. O sarraceno não se aclimataria no linguajar nacional. (CASCUDO, 2001, p. 12)

Nessa direção, o folclorista recorreu aos costumes populares e à literatura para localizar traços da presença árabe na cultura brasileira.

> "Mouras legítimas são as exclamativas de desesperação e desabafo, vulgaríssimas entre nós, ARRA!, ARRE!, IRRA! E a interjeição RAA, com que os nossos comboideiros e tangedores fazem deter e movimentar-se a fila de alimárias nas estradas de tráfico, é a mesma que ocorre na voz dos cameleiros em toda a orla marítima d'África do Mediterrâneo, e pelo mundo árabe da Ásia." (CASCUDO, 2001, p. 28-29)

Segundo o próprio autor, "mais uma vez os meus Mouros e Judeus procuram olhos contemporâneos para avivar-lhes as distantes reminiscências imemoriais, inconscientes, vivas, atrás da cortina do passado". (CASCUDO, 2001, p. 9)

Seu principal argumento era de que o mouro fora expulso do Algarve duzentos e cinquenta anos antes da vinda portuguesa para o Brasil. E, na Espanha, a saída dos muçulmanos levou ainda mais tempo, tendo sido necessário aguardar até 1492 para que o reino de Granada se tornasse castelhano, mesmo ano em que Cristóvão Colombo daria início a sua jornada em direção ao Novo Mundo. Para ele, "positivo e real é que o mouro é uma 'permanente' na etnografia brasileira." (CASCUDO, 2001, p. 39)

Dentre os aspectos culturais que podem ser atribuídos aos mouros, está, entre outros, o de beber depois de comer (e não durante a refeição), sentar-se sobre as pernas dobradas (segundo ele, de cócoras era influência indígena) etc. Para Cascudo, a mulher botando pano na cabeça é costume mouro, assim como o uso de turbante em penteados femininos no Brasil. Em seu argumento, graças à longa convivência forjada por moçárabes, mudéjares e mestiços, tanto a língua espanhola quanto a portuguesa são fortemente

tributárias do árabe.

Em estudo acerca da luta pela etnicidade no Brasil, o historiador americano Jeffrey Lesser apontou Gilberto Freyre e Luís da Câmara Cascudo como pensadores que estiveram entre o grupo de intelectuais os quais, no século XX, voltaram seus olhos para Portugal em busca de autocompreensão. Ainda que esta busca acerca de uma identidade nacional não tenha sido tarefa exclusiva de ambos os pensadores, Freyre e Cascudo estão entre os que mais contribuíram para a questão da presença árabe no Brasil ao procurarem traços da "presença moura em suas próprias identidades lusificadas". (LESSER, 2001)

3 I CONCLUSÃO

Ao olharem para Portugal com o intuito de compreender o Brasil do século XX, Freyre e Cascudo acabaram por reconhecer e apontar influências mais distantes, quais sejam, aquelas impregnadas na Península Ibérica ao longo de quase oito séculos de presença muçulmana na região. Ambos identificaram o alcance dos chamados mouros também na cultura brasileira, influência esta pouco explorada até os dias atuais.

Também ambos os autores destacaram que, ao se fixarem em um país fortemente influenciado pela cultura ibérica – e, consequentemente, moura, haja vista que muçulmanos da Península Arábica e do Norte da África estiveram na região hoje conhecida como Portugal e Espanha por quase oito séculos, tais imigrantes não somente reconheceram traços de sua própria cultura em nossa sociedade, como também não foram tratados como completos estranhos. Em outras palavras, a presença árabe no Brasil antecedeu a chegada dos próprios imigrantes e, possivelmente, contribuiu para evitar um choque cultural quando da sua chegada.

No Brasil, iniciativas recentes têm comprovado o aumento do interesse pelo tema aqui tratado. No Distrito Federal, por exemplo, dentre projetos realizados entre 2018 e 2019, é possível mencionar três exposições que contribuíram para despertar maiores reflexões sobre o tema.

Em 2018, o Museu Correios abriu suas portas para a mostra fotográfica "Fragmentos de Utopias", com curadoria assinada pela mesma autora deste capítulo e fotos de Nick Elmoor. A exposição, que contou com 76 imagens, propôs uma aproximação entre diferentes culturas e épocas, mais especificamente o período conhecido como al-Andalus e Brasília. Dentre os pontos de contato que Brasília possui com boa parte dos grandes monumentos do período *andalusí* declarados patrimônios da humanidade, estão os fragmentos utópicos que colocam a capital federal num patamar de perfeição, e que, mesmo diante de suas incoerências, segue permeando o imaginário de quem nela vive e quem a ela visita. São exatamente tais estilhaços de perfeição que a fazem aproximar-se da região sul da Espanha, que em outras épocas também experimentou fama semelhante, mesmo que no plano real não tenha sido uma sociedade isenta de conflitos e incongruências. A visitação se deu

entre abril e junho daquele ano e o projeto também foi tema de um pôster apresentado na 4ª edição do maior evento sobre mundo árabe da atualidade - World Congress for Middle Eastern Studies (Wocmes 2018) - realizado em Sevilha no mês de julho.

Ainda em 2018, durante a Segunda Semana Árabe em Brasília, realizada no mês de setembro na Biblioteca Nacional localizada no Distrito Federal, o Instituto de Cultura Árabe-Brasileira, que havia adquirido parte do acervo da exposição "Fragmentos de Utopias", organizou uma nova mostra intitulada "De Córdoba a Granada: detalhes de uma presença árabe na Espanha". Os 20 quadros expostos ofereceram aos visitantes um passeio por essas duas cidades andaluzas que são hoje sinônimo de um diálogo de culturas e memória viva.

Por fim, entre maio e junho de 2019, Brasília recebeu outra importante exposição: "Alhambras: O legado andalusí na América Latina", com curadoria de Rafael López Gizmán, pesquisador da Universidade de Granada. Por meio de 30 fotografias realizadas em países da América Latina, incluindo o Brasil, foi possível conhecer um pouco mais do projeto de pesquisa Andaluzia-América: patrimônio, cultura e relações artísticas, tocado pela Universidade de Granada (Espanha), o qual impulsionou uma série de outros desdobramentos, entre eles, a elaboração deste texto.

A partir desses exemplos, é possível crer que as reflexões sobre a presença árabe no Brasil vêm consolidando-se em duas frentes. Se, por um lado, percebemos a continuação dos tradicionais estudos sobre deslocamentos populacionais que apontam para a expressiva chegada de sírios, libaneses e palestinos, além de imigrantes de outros países árabes, por outro, observa-se a retomada de pesquisas sobre a herança cultural árabe-ibérica ocasionada pela chegada de portugueses e espanhóis à América do Sul a partir do século XVI – período que coincide com o arrebatamento do último reduto muçulmano na Espanha, o reino de Granada.

Neste sentido, é possível que as obras de Gilberto Freyre e de Câmara Cascudo sigam inspirando novos estudos sobre o tema, contribuindo para o embasamento da perspectiva de uma presença árabe anterior aos processos migratórios e que fizeram parte de uma chamada construção da identidade nacional brasileira.

REFERÊNCIAS

Abreu, M. Y.and Aguilera, V. A. (2010), "A influência da língua árabe no português brasileiro: a contribuição dos escravos africanos e da imigração libanesa", in: *Revista Entretextos, v. 10, n. 2, 2010,* Universidade Estadual de Londrina.

Ab'sáber, A. N. (2000), in: *Relações entre o Brasil e o mundo árabe: construção e perspectivas*. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).

Cascudo, L. C. (2001), *Mouros, Franceses e Judeus: três presenças no Brasil*, Global, São Paulo.

Chohfi, O. (2001), "Apresentação", in: *Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe: construção e perspectivas*, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília.

Freyre, G. (2003), *Casa Grande & Senzala,* Global, Recife.

Freyre, G. (2013), *Sobrados e Mucambos,* (1ª edição digital), Global, São Paulo.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Relações entre o Brasil e o Mundo Árabe:*

construção e perspectivas (Anais do Seminário Internacional realizado em Brasília, em junho de 2000). Brasília: Funag, 2001

Hadjab, P. D. E. (2014), *Alimentação, memória e identidades árabes no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília.

Hajjar, C. F. (1985), *Imigração árabe: 100 anos de reflexão*, Ícone, São Paulo.

Lesser, J. (2001), *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil,* EdUNESP, São Paulo.

Truzzi, O. M. S. (1997), *Patrícios: Sírios e Libaneses em São Paulo*, HUCITEC, São Paulo.

______. (2000), "Sírios e Libaneses e seus descendentes na sociedade paulista", in: Fausto, B. (Org.) *Fazer a América*, EdUSP, São Paulo.

Valente, M. O. C. (1995), *Cozinha de Portugal: Madeira e Açores*, Círculo de Leitores, Lisboa.

Vargens, J. B. M. and Monte, C. (2004), *A Velha Guarda da Portela*, Manati, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 2

A REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA DOS NEGROS NOS LIVROS DIDÁTICOS: UMA LEITURA A PARTIR DE NORBERT ELIAS

Data de aceite: 01/09/2022

Ana Flávia Braun Vieira
Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa
http://lattes.cnpq.br/4186340073318174

RESUMO: Dado que as existências em qualquer sociedade são orientadas pelos saberes que nela circulam, este trabalho discutiu, com base em Norbert Elias, a constituição do fundo de conhecimento sobre a contribuição dos negros na história do Brasil, a partir de sua representação simbólica nos livros didáticos. Para tanto, visando trazer elementos empíricos para fundamentar a discussão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados Google Scholar, Portal de Periódicos CAPES/MEC, Redalyc, Scielo e Scopus, buscando artigos acadêmicos que analisaram como a população negra vem sendo representada nos livros didáticos brasileiros. Com base nos principais achados dessas pesquisas, foram problematizados os conteúdos que compõem o fundo social de conhecimento, bem como a noção de civilização e como esta pode interferir na apreciação da contribuição da população negra na constituição social brasileira (passada e presente). Os resultados do estudo afirmam a necessidade de uma pedagogia decolonial, que possibilite debater a interculturalidade. Compreendendo que as atitudes humanas são decorrentes das aprendizagens que possuem, é fundamental uma educação que amplie os saberes acerca da contribuição da população negra para o Brasil, promovendo o alargamento das redes de interdependência dos indivíduos e a ressignificação positiva da representação simbólica de pretos e pardos no país.

PALAVRAS-CHAVE: Norbert Elias. Educação Básica. Fundo social de conhecimento. Relações étnico-raciais. Livros didáticos.

THE SYMBOLIC REPRESENTATION OF BLACK PEOPLE IN TEXTBOOKS: A READING FROM NORBERT ELIAS

ABSTRACT: Given that existences in any society are guided by the knowledge that circulates in it, this paper discussed, based on Norbert Elias, the constitution of the knowledge stock on the contribution of black population in the Brazil's history, from its symbolic representation in textbooks. In order to do that, aiming bring empirical elements to support the discussion, a bibliographic research was carried out in the Google Scholar, Portal de Periódicos CAPES/MEC, Redalyc, Scielo and Scopus databases, looking for academic papers that analyzed how the black population has been represented in Brazilian textbooks. Based on the main findings of these researches, the content that make up the social knowledge stock were problematized, as well the notion of civilization and how it can interfere in the appreciation of the contribution of the black population in the Brazilian social constitution (in the past and now). The study results affirm the need for a decolonial pedagogy, which makes it possible to debate interculturality. Understanding that human attitudes are a result of the learning they have, an education that expands

knowledge about the contribution of the black population to Brazil is essential, promoting the expansion of the networks of interdependence of individuals and the positive resignification of the symbolic representation of black and mixed race population in the country.
KEYWORDS: Norbert Elias. Public Education. Social stock of knowledge. Ethnic-racial relations. Textbooks.

1 I INTRODUÇÃO

Todas as sociedades humanas partilham entre si um fundo social de conhecimento e, portanto, de experiências (ELIAS, 1994). Esse conjunto de saberes é cumulativo e "pertence a cada grupo humano, que dentro dele age, sente e pensa. Um fundo histórico e em mudança recebido por cada um, que também é responsável por aumentá-lo e preservá-lo" (SÁ, 1998, p. 09). Durante o processo de desenvolvimento de um ser humano, de sua infância à vida adulta, partes desse fundo de conhecimento da sociedade em que crescem é adquirido, integrando-o num "universo de conhecimento que resulta das experiências de muitas outras pessoas" (ELIAS, 1994, p. 39). O desenvolvimento de um indivíduo, portanto, perpassa os elementos que compõem tal "patrimônio de saber" (ELIAS, 1998, p. 10).

É a partir deste fundo social de conhecimento que cada sociedade escolhe os saberes que deixarão às próximas gerações – afinal, cada grupo humano desenvolve situações de aprendizagem para ensinar à sua descendência os saberes, crenças e gestos que os tornarão seres humanos completos, de acordo com o imaginário idealizado naquela sociedade (BRANDÃO, 2013). Nas sociedades modernas, além das interações sociais, uma importante forma de transmissão de tais conteúdos é educação formal.

Por mais que a educação informal e a educação não formal estejam também relacionadas a esse fundo, suas formas podem ser muito variadas (MARANDINO, 2017). A educação escolar, no entanto, possui uma estrutura que – a despeito das variações regionais – apresenta certa homogeneidade em sua forma e conteúdo. Por alcançar grande parte da população, é por meio da escola que são veiculados os conhecimentos produzidos pela humanidade que são compreendidos como fundamentais às próximas gerações. O currículo escolar é, portanto, resultado dos processos de seleção dos conhecimentos historicamente sistematizados (PARANÁ, 2008).

Uma vez que os seres humanos orientam suas existências a partir das referências que possuem (ELIAS, 1994), o controle dos elementos que compõem o fundo social de conhecimento de dada sociedade e a forma como tais saberes são ensinados são objetos de disputa nas relações de poder – afinal, ao contribuir para evidenciar ou silenciar determinado conteúdo, os dominantes podem influenciar os processos de desenvolvimento social a seu favor. Um exemplo disso é a forma como a história do Brasil vem sendo contada sob a perspectiva do branco colonizador, enaltecendo as qualidades civilizatórias destes e hierarquizando em posição inferior culturas diferentes das suas (SILVA, 2013). Essa forma de compreender a história do Brasil, exaltando as qualidades de um grupo em

detrimento de outro, tem impactos direto nos processos de exclusão da população negra das oportunidades de poder[1].

É por essa razão que as críticas sobre os discursos racistas presentes no espaço escolar, especialmente nos livros didáticos brasileiros, são, há muito tempo, pauta dos movimentos negros. Se o fundo de conhecimento passado às gerações futuras por meio dos livros didáticos orienta as existências em interdependência, para os ativistas é fundamental "extirpar dos livros didáticos, dos currículos e das práticas de ensino os estereótipos e os preconceitos contra os negros" (SILVA, 2013, p. 129), positivando a participação da população negra no desenvolvimento do país – que sem sua contribuição jamais estaria no estágio de desenvolvimento atual.

A partir da redemocratização do Brasil, na década de 1980, os movimento negros vêm questionando a forma como sua história e cultura têm sido abordadas no espaço escolar (SILVA, 2013). Da década de 1980 aos dias atuais, diversas foram as conquistas no campo educacional. A alteração na Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB), feita por meio da Lei 10.639/03, que incluiu o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no currículo da Educação Básica, foi um grande avanço para o combate ao racismo no país. A partir de 2005, os editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) passaram a estabelecer que os livros didáticos deveriam também observar a nova lei (SANTOS, 2013). A rigor, isso implicou na "valorização e reconhecimento da participação de negras e negros na história brasileira e africana, através da ampliação dos referenciais textuais e iconográficos", bem como "da exigência de uma nova abordagem sócio-histórica e cultural sobre a população negra" (MULLER, 2018, p. 78).

Essas leis são marcos importantes de pautas reconhecidas pelo Estado e que se pretende alcançar coletivamente. Especialmente em relação ao PNLD, pode-se considerar a inclusão de questões relativas à história e cultura africana e afro-brasileira como um passo importante – já que os livros didáticos figuram entre os principais recursos empregados por professores no fazer escolar e atingem grande parte da população (MULLER, 2018). Essa determinação estimula que a temática, a partir de sua inclusão formal no currículo, passe agora também a compor o fundo social de conhecimento a ser "herdado" por meio da educação escolar, alterando as existências em interdependência. No entanto, após alguns anos desses marcos legais, qual é a representação simbólica da população negra divulgada nos livros didáticos? Quais são os saberes coletivos que sustentam tal representação?

Nessa perspectiva, este trabalho discutiu os elementos que constituem o fundo de conhecimento acerca dos negros a história do Brasil (passada e atual), a partir de sua representação simbólica nos livros didáticos. Para tanto, visando trazer elementos empíricos para fundamentar a discussão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados Google Scholar, Portal de Periódicos CAPES/MEC, Redalyc, Scielo e

1 Nessa perspectiva, compreende-se que o racismo é uma das consequências de práticas sociais que privilegiam os brancos, "desprezando a existência do negro (e do indígena) na sociedade brasileira" (SANTOS, 2013).

Scopus, buscando artigos acadêmicos que analisaram como a população negra vem sendo retratada nos livros didáticos brasileiros. Com base nos referenciais teóricos de Norbert Elias, a partir dos principais achados das pesquisas consultadas, foram problematizados aspectos dos saberes que compõem o fundo social de conhecimento sobre os negros, bem como a noção de civilização e como esta pode interferir na apreciação da participação dessa população para a constituição social brasileira.

Nesse sentido, o desenvolvimento desse estudo possui dupla relevância: ao apresentar uma possibilidade teórica de utilizar os escritos de Norbert Elias sobre sociologia do conhecimento para pensar questões relativas à educação, espera-se evidenciar as disputas pelo poder de influenciar a constituição dos fundos sociais de conhecimento acerca da população negra, demostrando que, enquanto construções sociais, estes saberes podem ser paulatinamente alterados visando uma educação – e, por extensão, uma sociedade – mais inclusiva porque não hierárquica.

2 | DESENVOLVIMENTO

Existem diversas formas de representações simbólicas. Os mapas são uma delas; as línguas outra. As pessoas que falam português quando pretendem fazer uma observação sobre o céu diurno podem usar o padrão sonoro “sol”. Nesta língua, este padrão sonoro representa simbolicamente o corpo celeste mais importante para a existência de vida na Terra. Segundo Elias (1994, 04), “Com o auxílio de uma ampla gama de padrões sonoros como este, os seres humanos têm a capacidade de comunicar entre si. Eles podem armazenar conhecimento na sua memória e transmiti-lo de uma geração para outra”. Este é uma maneira muito própria de “estandartização social”, que permite que o mesmo padrão sonoro seja reconhecido por todos os membros de uma sociedade, mais ou menos com o mesmo sentido. Trata-se da elaboração de “símbolos que representam o mesmo tipo de conhecimento”.

A estruturação das línguas, no entanto, não é fortuita. Seu desenvolvimento é determinado por sua função social como meio de comunicação. É por essa razão que determinados termos são intraduzíveis, porque respondem às relações de comunicação específicas do local onde se desenvolve. Como cada formação social possui relações de poder próprias, “A capacidade de controlar os padrões de conhecimento e da fala numa sociedade é, geralmente, um aspecto concomitante da distribuição das oportunidades de poder em uma sociedade” (ELIAS, 1994, p. 08). E nas disputas de poder, o controle do conhecimento desempenha um papel decisivo.

Embora apenas a partir do século XX os seres humanos tenham passado a desenvolver um conhecimento mais congruente com a realidade, desde o início do desenvolvimento da espécie, os seres humanos têm aprendido com seus antepassados, armazenado este conhecimento e se beneficiando com “as experiências ancestrais realizadas e transmitidas,

ao longo do tempo, através de uma sequência contínua de gerações" (ELIAS, 1994, p. 16). De acordo com Kilminster (1994), foi a capacidade humana de orientar o comportamento através do conhecimento aprendido que permitiu que a espécie chegasse ao estágio de desenvolvimento atual.

Esse fundo social de conhecimento, que pode ser caracterizado como um depósito de experiências anteriores, é cumulativo e "pertence a cada grupo humano, que dentro dele age, sente e pensa. Um fundo histórico e em mudança recebido por cada um, que também é responsável por aumentá-lo e preservá-lo" (SÁ, 1998, p. 09). No entanto, é preciso questionar o que é transmitido e a forma como é transmitido – uma vez que esse "patrimônio de saber" (ELIAS, 1998, p. 10) pode ser usado a favor das relações de dominação no interior de determinada formação social.

Toda criança, inevitavelmente, assim que nasce, passa a adquirir "partes do fundo de conhecimento da sociedade em que crescem" (ELIAS, 1994, p. 38). Além das experiências em seu círculo familiar e social mais próximo, a escola é uma das instituições responsáveis pela transmissão dos saberes socialmente reconhecidos como importantes para as próximas gerações – tanto que compõem as diretrizes e currículos de ensino. Tais saberes são "condição para eles poderem orientar-se no seu mundo e manter a sua existência entre as outras existências" (ELIAS, 1994, p. 76). Nessa perspectiva, é possível afirmar que o conhecimento é um meio de orientação: os indivíduos pensam, sentem e agem a partir das informações que possuem. Se um tema é enfatizado ou silenciado, isso com certeza tem impacto sobre os aprendizes.

Seguindo esta linha de raciocínio, é possível pensar também o caminho inverso: quando observada alguma injustiça social direcionada a determinado grupo, deve-se questionar qual é a extensão do saber que se tem sobre aquela população. Tal questão é clara no Brasil quando o assunto é desigualdade racial: os que mais sofrem preconceito, os pretos e os pardos, são aqueles que até recentemente só apareciam nos livros didáticos como escravos ou em posições de vulnerabilidade – postura decorrente de "padrões racistas de pensamento e estruturas (...) difundidos em nossa sociedade" (IFADIRÉO; SOUZA; ALBUQUERQUE; SOUSA, 2019, p. 1084). Isso significa dizer que o fundo social de conhecimento brasileiro apresenta elementos de uma mentalidade colonial[2], ancorada na "propagação ideológica da superioridade/inferioridade de indígenas e negros em relação ao branco, emergindo assim as significações teóricas que espraiaram-se na propagação do racismo nos livros escolares e materiais didáticos amplamente utilizados nas escolas brasileiras" (IFADIRÉO; SOUZA; ALBUQUERQUE; SOUSA, 2019, p. 1087).

Sendo o livro didático um "suporte fundamental na mediação entre o ensino e

2 Considerando o processo de escolarização em uma perspectiva de longa duração, é possível afirmar que a hierarquização entre brancos e negros acompanhou o desenvolvimento da educação formal no país desde o início, já que a educação ministrada pelos jesuítas "desvalorizavam e deslegitimam os sentidos para os saberes pedagógicos e filosóficos que (...) [fugiam] ao processo civilizatório, predominantemente ocidental" (IFADIRÉO; SOUZA; ALBUQUERQUE; SOUSA, 2019, p. 1088).

aprendizagem”, este configura-se como um “instrumento de controle curricular e de ensino” (SOUSA, SILVA, 2019, p. 480). Daí a necessidade de políticas públicas educacionais que contribuam para reequilibrar a balança de poder entre brancos e negros, que faz o Brasil um dos países mais desiguais do mundo. Nesse sentido, a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira pela Lei 10.639/03, alterando a redação da Lei de Diretrizes e Bases da educação e os editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático, foi fundamental para demarcar um patamar mínimo desejável para a representação simbólica da população negra do espaço escolar. Com essa lei o Estado brasileiro reconheceu a necessidade de alterar os elementos que constituem a imagem dos negros decorrente do fundo social de conhecimento transmitido pela instituição escolar, visando uma sociedade mais justa e igualitária[3].

Especificamente sobre os livros didáticos, de acordo com Silva (2013, p. 133), os editais do PNLD sofreram atualizações, passando dos “genéricos critérios de eliminação para uma redação *positiva*, que induz a valorização via promoção da diversidade”, incorporando “normativas legais” e explicitando às editoras participantes do programa “critérios explícitos de valorização de grupos étnico-raciais”. Essa pressão governamental para a promoção da igualdade no espaço escolar, por meio de livros didáticos que democratizem a história e a participação dos negros na constituição nacional (no passado e no presente), é fundamental para reestruturar os saberes do fundo social de conhecimento brasileiro, transformando os elementos que sustentam a representação simbólica da população negra. Do ponto de vista legal, trata-se de um grande avanço visando a democratização no país. Mas como essa intenção de valorização da história e cultura africana e afro-brasileira tem se materializado nos materiais didáticos? Qual a representação simbólica da população negra veiculada pelos livros? Quais são os elementos do fundo social de conhecimento que afirmam tais representações?

2.1 Metodologia

Visando trazer elementos empíricos para fomentar a discussão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que buscou contemplar as publicações mais recentes e as mais citadas sobre a representação dos negros em livros didáticos. Com base neste material, será realizada uma reflexão teórica sobre a temática, não sendo objetivo deste trabalho apresentar análises de conteúdos de livros didáticos e/ou paradidáticos ou realizar um estado da arte sobre a pesquisas acadêmica no assunto.

Para ter acesso às pesquisas mais recentes sobre a temática, foi realizada uma pesquisa com os termos “livro didático negro” e “livro didático negra” nas seguintes bases de dados: Portal de Periódicos CAPES/MEC, Redalyc, Scielo e Scopus[4]. Os critérios de

3 Existe, portanto, uma “complexa relação entre políticas de promoção de igualdade e programas de distribuição de livros” (SILVA 2013, p. 129).
4 Consulta realizada em 27 mai. 2021.

inclusão foram: textos que analisaram livros publicados até 2017[5]; em língua portuguesa; e revisados por pares. Desta consulta, após a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, foram selecionados 6 artigos. São eles:

Id.	Ano	Autores	Título	Objetivo
A1	2003	ROSEMBERG, F. BAZILI, C. SILVA, P. V. B.	Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão de literatura	Analisar a produção brasileira sobre expressões de racismo em livros didáticos sob dois ângulos: publicações que enunciam o racismo e publicações que se referem ao combate ao racismo
A2	2013	SILVA, P. V. B. TEIXEIRA, R. PACÍFICO, T. M.	Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos	Analisar a relação entre políticas de promoção da igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos
A3	2013	SANTOS, W. O.	Espaços de negros e brancos em livros didáticos de Geografia do Estado do Paraná, Brasil	Analisar a presença de personagens negros e brancos em ilustrações dos livros de Geografia regionais do Paraná para o Ensino Fundamental para discutir formas de hierarquização entre grupos raciais
A4	2016	GUIMARÃES, T. M. S. G. S. ABREU-BERNARDES, S. T.	O desvelar da África em criações artísticas em livros didáticos de história do Ensino Fundamental	Analisar criações artísticas africana e afro-brasileira em livros didáticos de história do Ensino Fundamental
A5	2017	SILVA FILHO, J. B.	Abordagens ideológicas e historiográficas sobre o negro nos paradidáticos e didáticos	Fazer um convite à reflexão, incentivando leitores e acadêmicos a compreender melhor os discursos verbais e iconográficos sobre a história do negro em livros didáticos e paradidáticos,
A6	2019	SOUZA, D. M.; SILVA, M.	Mulheres negras, currículo e ensino de história no livro didático de estudos amazônicos	Analisar como as modificações no currículo têm interferido no ensino de história do negro no estado do Pará, bem como investigar o processo de descolonização dos currículos na escola (por meio dos livros didáticos)

QUADRO 01 – resultado pesquisas mais recentes

Fonte: A autora.

Para ter acesso às pesquisas mais citadas sobre os negros nos materiais didáticos, foi realizada uma pesquisa no Google Scholar com os termos “livro didático negro” e “livro didático negra”[6]. Diante do número expressivo de resultados, foram selecionados os 10 textos mais citados. Para esta seleção, foi realizada a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves. Os artigos envolvendo a temática são:

5 Os livros analisados devem ser anteriores a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as novas regulamentações referentes à produção de livros didáticos.
6 Consulta realizada em 27 mai. 2021.

Id.	Ano	Citações	Autores	Título	Objetivo
A7	s/d	30	SILVA, A. C.	As transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes	Investigar as transformações na representação social dos negros nos textos e ilustrações do livro didático de Comunicação e Expressão de Ensino Fundamental de 1º e 2º ciclos e os fatores determinantes dessas transformações
A8	s/d	10	TEIXEIRA, R.	A representação social do negro no livro didático de História e de Língua portuguesa	Estudar a representação do negro brasileiro no livro didático de português e de história, objetivando apontar o papel da linguagem visual dos livros na atenuação ou perpetuação do racismo no Brasil
A9	1987	84	PINTO, R. P.	A representação do negro em livros didáticos de leitura	Discutir a questão da democratização da escola, com base na análise da representação das diferenças étnicas em livros didáticos de leitura
A10	1987	21	TRIUMPHO, V. R. S.	O negro no livro didático e a prática dos Agentes de Pastoral Negros	Analisar a presença negra nos livros didáticos e como os membros da Agencia de Pastoral Negros podem atuam para modificar o quadro
A11	1987	03	SILVA, A. C.	Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro didático de Comunicação e Expressão do 1º grau – nível I	Investigar os estereótipos e preconceitos em relação ao negro nos livros didáticos de Comunicação e Expressão de 1º grau, nível I, como instrumentos de transmissão de uma ideologia de inferiorização
A12	1995	24	ORIÁ, R.	O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações	Realizar uma análise crítica acerca da imagem do negro, sua história e sua cultura, na produção editorial do país
A13	2012	15	JESUS, F. S.	O “negro” no livro didático de história do Ensino Médio e a Lei 10.639/03	Investigar a representação do negro no livro didático de História do Brasil
A14	2015	04	SILVA, F. C.	A análise da representação do/a negro/a em um livro didático	Analisar as relações raciais em um livro didático de Português do 5º ano do Ensino Fundamental
A15	2018	06	MULLER, T. M. P.	Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte	Mapear a produção acadêmica brasileira a respeito do livro didático e relações étnico-raciais (por meio de teses, dissertações e artigos)

A16	2019	04	IFACIREÓ, M. M.; SOUZA, T. O.; ALBUQUERQUE, E. S. M.; SOUSA, M. S. C;	Educação intercultural e suas ambivalências com o estranho. Um estudo sobre a representação social do negro no livro didático	Destacar a contribuição que o material escolar pode dar, por um lado, dar à educação intercultural; e por outro lado, acentuar os nuances em que o racismo e o preconceito direcionados ao negro podem contribuir com a representação negativa destes na sociedade

QUADRO 02 – resultado pesquisas mais citadas

Fonte: A autora.

Após esses encaminhamentos metodológicos, seguiu-se para a exploração do material. Nesta etapa foi realizada a leitura integral dos textos, destacando para a discussão a seguir os principais achados. A apresentação destes elementos empíricos foi organizada de maneira cronológica, visando uma análise processual de avanços, rupturas e permanências na constituição da representação simbólica dos negros nos livros didáticos.

Ano	Id.	Principais achados
s/d	A7	A análise dos dados demonstrou mudanças significativas na representação do negro, em relação aos livros didáticos da década de 1980, "no que tange à sua humanidade, cidadania, territorialidade, status sócio-econômico e integração com outras raças/etnias (branco e amarelo), nos grupos sociais". No entanto, ainda é subrepresentado nas ilustrações; o negro aparece como uma minoria (SILVA, s/d, p. 12).
s/d	A8	Entre as constatações da pesquisa, os autores "demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas de acordo com a visão eurocêntrica" – já que este aparece em "condições de submissão, sem história, sem cultura, sem conhecimento". Especialmente nos livros de história, civilizações ocidentais, como Grécia e Roma, "continuam requerendo de autores espaços privilegiados, apresentadas como modelo imprescindível para o conhecimento. É a visão eurocêntrica se perpetuando" (TEIXEIRA, s/d, p. 29).
1987	A9	A análise dos livros revelou que "À cor branca, se atribui o estatuto de normalidade e da universalidade"; os negros aparecem em maior proporção como personagens folclóricos ou como coadjuvante nas histórias. Os personagens negros e mestiços dos livros apareciam "revestidos de atributos que reforçam imagens negativas e estigmatizantes: frequentemente caracterizado como pobre, sem escolaridade, "ocupando-se principalmente nas atividades mais humildes, isto quando não lhes é negado o status de trabalhador livre, pois sua "profissão" mais frequente é a de escravo. Por isso, faz-se necessário investir na formação de professores para que possam trabalhar criticamente o material didático com os alunos. Ademais, é preciso criar materiais não discriminatórios (PINTO, 1987, p. 89).
1987	A10	A reflexão realizada ensina que "A marginalização de nossa comunidade negra na sociedade não é vista, até hoje, como consequência de um processo histórico e, sim, tendo nossa própria raça como causa dessa situação". Como os negros são representados como malandros, preguiçosos, pobres, "Essa negatividade contra nós, foi e ainda está sendo transposta para os livros didáticos, justamente por ser o pensamento da sociedade dominante" (TRIUMPHO, 1987, p. 93).

1987	A11	Segundo a autora, em uma sociedade diversa como a brasileira, “o sistema de ensino privilegia a cultura branca com o objetivo de promover *desculturação* e o branqueamento”, por meio da imposição de um padrão que se apresenta como o único correto e também por meio de “um processo de interiorização dos padrões, valores, cultura e história dos grupos dominados”. A pesquisa aponta no livro didático, com poucas exceções, o negro “é apresentado como minoria e em último lugar. É associado em ilustrações e textos a mau, incapaz, feio, sujo, malvado”. Tais estereótipos supostamente justificariam a exploração e a opressão dessa população (SILVA, 1987, p. 96-97).
1995	A12	A pesquisa revelou que “são raros os livros que mostram o negro como sujeito de sua própria historia” ou apresentam a existência de diversas formas de resistência à escravidão. “Nos textos didáticos, o negro é citado apenas no passado, como se não existissem negros no Brasil de hoje”. Quando aparecem, são representados em figuras subalternas, sendo que “as melhores profissões são sempre exercidas por brancos”. Entre os principais achados é possível destacar que, de maneira geral, o negro é representado no livro didático: associado à preguiça, “a mau, a animal, a feio, a favelado, a incapaz, a louco”; exercendo “atividades inferiores”; caricaturado, resignado, humilhado pelo branco; “negro apresentado como objeto, sem nominação, sem família e origem (ORIÁ, 1995, p. 158 e 161).
2003	A1	Ao analisar as principais ações que vinham sendo desenvolvidas para combater o racismo nos livros didáticos, com destaque para a Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003, são observados avanços, mas com apreensões. São elas: “inadequação na formação de professores quanto à matéria e na reduzida retaguarda de material didático de qualidade para o uso de alunos e professores”; e que o mercado editorial, ao atender a lei, se contente com representações estereotipadas, sem debater relações raciais no Brasil (ROSEMBERG; BAZILLI; SILVA, 2003, p. 142).
2012	A13	Os resultados desse estudo “apontam para a necessidade de ressignificação de textos e imagens da população negra nos livros didáticos, pois a invisibilidade da população negra constitui para uma possível desmobilização desse contingente populacional por não se vê-los como ativos nos processos políticos do país que cultiva o mito da democracia racial, e continua vinculando imagens pejorativas ao cotidiano de afrodescendentes sem contextualizar os motivos das condições materiais e simbólicas ‘inferiores’ as dos brancos” (JESUS, 2012, p. 141).
2013	A2	Nos livros de língua portuguesa, história e geografia analisados foram observadas mudanças muito tênues. Já os livros didáticos de ciências apontaram maiores novidades nos discursos, valorizando personagens negros e os apresentando em “posições socialmente valorizadas e figurando como representantes da espécie humana, em discursos que comunicam que é normal ser negro”, “embora ainda com presença de velhas formas de hierarquiza, a começar pela sub-representação” (SILVA; TEIXEIRA; PACÍFICO, 2013, p. 140).
2013	A3	Os livros didáticos de Geografia do estado do Paraná apresentam o elemento branco como “os representantes máximos do povo paranaense, restando, ao negro, o papel de outro nessa sociedade”. Ademais, a forma como determinados espaços do livro foram organizados “indica que esse está distante de ser considerado capaz de fazer parte da construção do saber científico”. Um ponto positivo foi a ausência de personagens negros espaços de vulnerabilidade social. Assim, a pesquisa indicou que “as práticas racistas persistem no discurso dos livros didáticos de geografia do Paraná, mas de maneira mais implícita, sem recorrer a estereótipos do negro folclorizado” (SANTOS, 2013, p. 1042).
2015	A14	O livro didático analisado, no que tange a representação da história e cultura africana e afro-brasileira, foi “superficial e insuficiente”, pois constatou-se “completa ausência de textos” sobre a temática. Os achados indicam que “a ausência e o silencio transmitidos pelo livro didático tende a contribuir para o desencadeamento de um sentimento de inferioridade racial, por parte das crianças negras, e superioridade racial entre os/as alunos/as brancos/as”. Tais ausências contribuem para “a solidificação e perpetuação do racismo, operando de forma inversa às proposições de educação das relações étnico-raciais e da Lei 10.639” (SILVA, 2015, p. 16).

2016	A4	Dos 43 livros analisados, "as artes africana e afro-brasileira não ocupam um espaço considerável". "As artes e os artistas africanos da atualidade não são mencionados e o excesso de representações de situações de escravidão enfrentadas pelos negros no País dificultam o trabalho de valorização da identidade e do reconhecimento de igualdade que estão legalmente estabelecidos". Embora a escravidão tenha durado séculos no Brasil, as referências a ela "não esclarecem o valor da presença dos africanos no Brasil, nos mais diversos aspectos" (GUIMARÃES; ABREU-BERNARDES, 2016, p. 345).
2017	A5	A discussão realizada no artigo possibilitou compreender "como os discursos sobre o tráfico, a escravidão e as relações sociais e culturais foram interpretados em favor de uma história eurocêntrica, relegando a atuação do negro a um segundo plano". Esses signos e imagens "servem a interesses unilaterais e foram produzidos para mantê-los" (SILVA FILHO, 2017, p. 75).
2018	A6	O livro analisado "representou as populações negras exclusivamente ligadas à escravidão", "como se a sua participação no período republicado e sua atuação e colaboração fundamental na cultura, na ciência, na literatura, em todos os recortes históricos de nosso país, não fosse relevante. As mulheres negras aparecem nas imagens, mas, no texto do material didático não são mencionadas. Como se elas estivessem ausentes dos processos históricos" (SOUZA; SILVA, 2019, p. 493-494).
2018	A15	Os livros analisados enfatizam "os senhores do engenho, a casa-grande, as relações de produção, deixando de apresentar as lutas e resistências dos negros, seus conhecimentos, tecnologias, histórias e participação na construção e formação da nação brasileira". Para "mudar os raciocínios e as posturas presentes na cultura escolar com vistas à superação do racismo", também é necessário maior investimento na formação de professores, bem como a adoção de um currículo multiculturalista e intercultural (MULLER, 2018, p. 89-90).
2019	A16	A análise dos livros didáticos demonstrou que "a) a maioria das ilustrações apresentam o negro em quantidade bem inferior aos brancos e, quando este é trazido em pauta, é simbolizado em posição sem destaque ou com pouco prestígio social; b) foi detectado várias situações de preconceito velado, em que práticas de racismo são apresentadas com mensagem ideológicas de submissão e de dominação em relação aos sujeitos brancos; e c) a elevação de juízos valorativos em relação a cultura, saberes, religiosidade e práticas sociais africanas, afrodescendentes e quilombolas claramente expostas" (IFADIRÉO; SOUZA; ALBUQUERQUE; SOUSA, 2019, p. 1098).

QUADRO 03 – principais achados dos artigos pesquisados em cronológica

Fonte: A autora.

Tomando como referência as pesquisas anteriores à promulgação da Lei 10.639, de 2003, é possível observar que a representação simbólica dos negros nos livros didáticos estava majoritariamente relacionada à escravidão. Como ainda não havia a obrigatoriedade do ensino da história e cultural africana e afro-brasileira, poucas eram as referências aos assuntos relacionados à população negra. Quando retratada, geralmente estava relacionada a uma interpretação negativa, carente de história e/ou identidade própria. A partir de da inclusão de termas relativos à "História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil" no currículo toda a educação básica, foram observados avanços, mas acompanhados ainda de uma sub-representação dos negros nos livros didáticos.

Os artigos escritos após 10 anos ou mais da efetivação da lei indicam que, a despeito de rupturas e transformações observadas em algumas disciplinas, muito ainda precisa

ser feito. Grande parte das obras didáticas analisadas nos artigos consultados seguem hierarquizando as diferentes etnias, colocando o branco como construtor da história, e o negro como o "outro". Outras vezes, há o silenciamento ou abordagens que não dão conta de explicar a complexidade das relações étnico-raciais passadas e presentes. Mas por que, depois de tantos esforços de educadores, ativistas e mesmo do Estado para a positivação da população negra e o combate ao racismo, as permanências na representação simbólica dos negros são maiores que as transformações? A resposta desta questão aponta para uma questão estrutural, fundamental da sociedade brasileira, que perpassa a configuração dos fundos sociais de conhecimento – e, portanto, os saberes ensinados nas escolas por meio dos livros didáticos. Trata-se da noção de civilização e seu poder de invisibilização de discursos – e mesmo de existências – diferentes do seu padrão.

Segundo Elias (2011, p. 23), com a palavra civilização "a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo que se orgulha", como seu nível tecnológico, suas maneiras, sua cultura científica, enfim, sua visão de mundo. Esta definição está pautada principalmente no caso francês, onde os membros das cortes utilizavam tal expressão para exaltar as qualidades de seus próprios comportamentos, comparando "o refinamento de suas maneiras sociais, seu 'padrão', com as maneiras de indivíduos mais simples e socialmente inferiores" (ELIAS, 2011, p. 52). Com o tempo, o termo passou a caracterizar um tipo específico de comportamento, a partir do qual outras formas de conduta são julgadas – constituindo "um contra conceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie" (ELIAS, 2011, p. 59). Civilização, portanto, refere-se à autoimagem de um grupo (dominante nas relações de poder) e a utilização deste padrão para a estigmatização de outros, com expressões sociais e emocionais distintas das suas.

Quando o assunto são relações étnico-raciais no Brasil, a hierarquização com base naquilo que é mais ou menos "civilizado" é uma herança colonial que se arrasta ao longo dos séculos por servir aos interesses dos dominantes nas relações de poder. Assim, a mentalidade colonizadora vem silenciando toda e qualquer manifestação diferente do padrão branco ocidental. Entende-se, dessa forma, que a marginalização da cultural afro-brasileira "está visceralmente entrelaçada ao poder de enraizamento das verdades criadas pelos cânones da cultura europeizada", materializado em discursos que continuam a "designar pejorativamente os negros, como seres humanos inferiorizados numa hierarquia onde o branco ocupa o topo da pirâmide" (JESUS, 2012, p. 148 e 146).

Nesse sentido, muito mais do que editais do PNLD que preveem a organização de materiais didáticos ausentes de racismo é preciso "o questionamento e a transformação da colonialidade do poder, do saber e do ser, sempre tendo consciência de que estas relações de poder não desaparecem, mas que podem ser reconstruídas ou transformadas, conformando-se de outra maneira" (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 25). Efetivas transformações na representação simbólica dos negros só ocorreu a partir do momento em que outras lógicas de pensamento forem como possibilidades epistemológicas para além

da racionalidade eurocêntrica dominante. Faz-se necessária uma pedagogia decolonial, que possibilite debater a interculturalidade[7].

Assim, se, conforme apontou Elias, as atitudes humanas são decorrentes dos saberes que as orientam, é fundamental uma educação que amplie os saberes, que promova o alargamento das redes de interdependência dos indivíduos. Mas, não basta apenas a inserção de novos temas dentro de uma estrutura em que o padrão epistemológico segue sendo predominantemente eurocêntrico e colonial, é preciso visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições; "repensar enfoques, relações e procedimentos em uma perspectiva nova (...)[; é] educar na pluralidade para a interculturalidade e valorização das identidades" (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 33).

Em síntese, para que os termos estabelecidos na lei tornem-se prática corrente, livre de preconceitos e estereótipo, faz-se necessário eliminar a ideia de que existem humanos mais ou menos qualificados, mais ou menos "civilizados" de melhor ou pior categoria, para compreendê-los como seres da mesma espécie, cuja desigualdade foi construída socialmente. Somente com a modificação desta mentalidade colonial, que ainda hoje fundamenta o fundo social de conhecimento brasileiro, é que a representação simbólica da população negra (e de outros grupos não dominantes nas relações de poder) poderá, de fato, ser valorizada com real respeito e admiração por todos os brasileiros, pretos e brancos.

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fundos de conhecimento são presentes em todas as sociedades humanas, mas variam de acordo com seus diferentes estágios de desenvolvimento. Esse conjunto de saberes possui fronteiras definidas, ainda que alguns de seus membros possam trabalhar para alterá-las. Além das limitações impostas pelas estruturas sociais e psicológicas da figuração, há a interferência das relações de poder sobre o campo das experiências possíveis, portanto, na definição dos conteúdos socialmente partilhados (ELIAS, 1994). Como ninguém pode saber sem adquirir conhecimento de outros, desde o nascimento elementos desse fundo comum são aprendidos pelos indivíduos (ELIAS, 1998) – incluindo a representação simbólica dos negros criada por sua sociedade. Além da aprendizagem por meio de interações sociais informais e não formais, a educação formal é grande responsável pelo ensino de temáticas selecionadas, consideradas fundamentais de serem aprendidas pelas próximas gerações.

Nessa perspectiva, os livros didáticos, por serem um dos principais recursos utilizados pelos professores no processo de ensino-aprendizagem e por terem abrangência nacional, são responsáveis pela disseminação de representações simbólicas. É por essa razão que os livros didáticos estão na pauta de educadores e ativistas quando o assunto

7 A interculturalidade não se restringe à "mera inclusão de novos temas nos currículos ou nas metodologias pedagógicas, mas se situa na perspectiva da transformação estrutural e sócio-histórica" (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 27).

é igualdade racial, promoção da cidadania e combate ao racismo. A transformação dos conteúdos ensinados nas salas de aulas brasileiras pode contribuir, de igual maneira, para a modificação da representação simbólica dos negros no sentido de sua valoração como sujeitos de direitos absolutamente iguais aos demais grupos étnico-raciais.

Foi nesse sentido que houve a promulgação da Lei 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e abro-brasileira na educação básica. Embora tal legislação tenha contribuído para uma representação mais positiva dos negros, em situações sociais para além da escravidão, esta população segue subreprensetada nos livros didáticos. A despeito dos esforços de educadores, dos movimentos negros e mesmo do Estado, a inserção de novos conteúdos sobre a população tem se desenvolvido sobre uma estrutura que ainda hierarquiza brancos como os representantes da sociedade brasileira e os "outros", predominantemente pretos e pardos.

Nessa perspectiva, entende-se ser necessária a transformação de um elemento basilar que sustenta o fundo social de conhecimento brasileiro: a mentalidade colonial. É preciso superar a "operação teórica que privilegiou a afirmação dos conhecimentos produzidos pelo ocidente como os únicos legítimos e com capacidade de acesso à universalidade e à verdade" (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 37). As demais formas de conhecimento, de existência, não são inferiores por serem diferentes do padrão europeu.

Uma vez que os fundos sociais de conhecimento podem ser submetidos a revisões e alargamentos (ELIAS, 1994), faz-se necessário construir novas bases para o fundo social de conhecimento brasileiro, superando o padrão atual, que hierarquiza e segrega segundo o tom de pele, que silencia a história e a contribuição dos negros para o desenvolvimento nacional visando a manutenção das relações de dominação. Somente vislumbrando igualdade de direitos e oportunidades sociais para todos, sem qualquer tipo de discriminação ou juízo cultural de valor nas relações de ensino-aprendizagem, é que a representação simbólica dos negros será ressignificada e o brasileiros pretos e pardos efetivamente valorizados como merecem.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BRASIL. Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União. Brasília, 2003.

ELIAS, N. Envolvimento e Alienação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, N. Teoria simbólica. Oeiras: Celta, 1994.

GONÇALVES, S. C. Processo civilizador e colonização em Norbert Elias: uma teoria interpretativa através da sociologia, da história e da psicologia. Revista OPSIS, v. 13, n. 1, p. 200-221, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/19011/15182#.W_gI_OhKjIU>. Acesso em 28 jun. 2021.

GUIMARÃES, T. M. S. G. S.; ABRU-BERNARDES, S. T. O desvelar da África em criações artísticas em livros didáticos de História do Ensino Fundamental. HOLOS, Ano 32, Vol. 2, 2016.

IFADIREÓ, M. M.; SOUZA, T. O.; ALBUQUERQUE, E. S. M.; SOUSA, M. S. C. Educação intercultural e suas ambivalências com o estranho. Um estudo sobre a representação social do negro no livro didático. Rev. Mult. Psic. V.13, N. 43, p. 1081-1104, 2019

JESUS, F. S. O "negro" no livro didático de História do Ensino Médio e a Lei 10.639/03. História & Ensino, Londrina, v. 18, n. 1, p. 141-171, jan./jun. 2012.

KILMINSTER, R. Introducción del editor. In: ELIAS, N. Teoría del Símbolo. Barcelona: Ediciones 62, 1994.

MARANDINO, M. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? Ciênc. Educ., Bauru, v. 23, n. 4, p. 811-816, 2017.

MULLER, T. M. P. Livro didático, Educação e Relações Étnico-raciais: o estado da arte. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 77-95, maio/jun. 2018.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010.

ORIÁ, R. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. Anais do XVIII Simpósio Nacional de História, Recife – PE, jul. 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica História. Paraná, 2008.

PINTO, R. P. A representação do negro em livros didáticos de leitura. Cad. Pesq. (63), nov. 1987.

ROSEMBERG, F.; BASILLI, C.; SILVA, P. V. B. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão de literatura. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 125-146, jan./jun. 2003.

SÁ, A. Nota do Tradutor. In: ELIAS, N. Envolvimento e alienação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SANTOS, W. O. Espaço de negros e brancos em livros didáticos de Geografia do estado do Paraná, Brasil. Ciênc. Educ., Bauru, v. 19, n. 4, p. 1027-1044, 2013.

SILVA FILHO, J. B. Abordagens ideológicas e historiográficas sobre o negro nos paradidáticos e didáticos. e-hum Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte, vol. 10, n.º 1, Janeiro/Julho de 2017.

SILVA, A. C. As transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes. s/d. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/2a80cecae02ccf0480b55db2e4f61cf6.PDF. Acesso em 27 mai. 2021.

SILVA, A. C. Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão do 1º grau – nível I. Cad. Pesq. (63), nov. 1987.

SILVA, F. C. A análise da representação do/a negro/a em um livro didático. Revista África e Africanidades, ano 8, n. 20, jul. 2015.

SILVA, P. V. B. Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos. Educ. Pesq., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 127-143, jan./mar. 2013.

SOUSA, D. M.; SILVA, M. Mulheres negras, currículo e ensino de História do livro didático de Estudos Amazônicos. Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 2, p. 478-496, maio/ago. 2019.

TEIXEIRA, R. A representação social do negro no livro didático de História e Língua Portuguesa. s/d. Disponível em: < http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1408-6.pdf>. Acesso em 27 mai. 2021.

TRIUMPHO, V. R. S. O negro no livro didático e a prática dos Agentes de Pastoral Negros. Cad. Pesq. (63), nov. 1987.

CAPÍTULO 3

O PROBLEMA AMBIENTAL COMO PROBLEMA SOCIAL

Data de aceite: 01/09/2022
Data de submissão: 10/08/2022

Nuno Manuel dos Santos Carvalho
Escola Superior de Educação – Insituto Politécnico de Coimbra
CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Socais – FCSH – Universidade Nova de Lisboa
Coimbra – Portugal
https://orcid.org/0000-0002-0970-7331

RESUMO: O presente texto, sob a forma de ensaio, tem como suporte uma revisão da literatura e desenvolve outras reflexões do autor sobre o tema. Num primeiro ponto faz-se a abordagem da construção de problemas sociais tendo por base a perspectiva construtivista. Num segundo ponto, com base nesta perspectiva, apresenta-se a transformação do problema ambiental em problema social tendo como ponto de partida a emergência do problema ambiental na sociologia assente nas reflexões sobre a modernidade e as transformações do risco, particularmente de Beck e Giddens.

PALAVRAS-CHAVE: Problema ambiental, problema social, sociologia dos problemas sociais.

THE ENVIRONMENTAL PROBLEM AS A SOCIAL PROBLEM

ABSTRACT: This text, in the form of an essay, is supported by a literature review and develops other reflections by the author on the topic. At first, the construction of social problems is approached based on the constructivist perspective. Secondly, based on this perspective, the transformation of the environmental problem into a social problem is presented, starting with the emergence of the environmental problem in sociology based on reflections on modernity and the transformations of risk, particularly by Beck and Giddens.

KEYWORDS: Environmental problem, social problem, sociology of social problems.

1 I OS PROBLEMAS SOCIAIS

Na literatura sociológica desde finais do século XIX até ao presente, Rubington e Weinberg (1995) e Jamrozik e Nocella (1998) consideram a existência de sete perspetivas acerca dos problemas sociais: a) patologia social; b) desorganização social; c) conflito de valores; d) comportamento desviado; e) *labelling*; f) teoria crítica (perspetiva radical); g) construtivismo. As quatro primeiras inserem-se na perspetiva da sociologia positivista, enquanto as três últimas se inserem no campo da sociologia relativista. As diferentes perspetivas desenvolvem-se em torno da definição de problema social e do seu elemento central (Rubington e Weinberg 1995):

> a) Patologia social: tem como elemento central as *pessoas* e define o problema social em torno da *violação de expectativas morais*;
>
> b) Desorganização social: tem como elemento central as *regras sociais* e

define o problema social em torno da *falha no funcionamento das regras sociais;*

c) Conflito de valores: tem como elemento central os *valores e os interesses* e define o problema social em torno da *situação de incompatibilidade com os valores de um grupo social;*

d) Comportamento desviado: tem como elemento central os *papéis sociais* e define o problema social em torno da *violação de expectativas normativas;*

e) *Labelling*: tem como elemento central as *reações sociais* e define o problema social em torno do *resultado da reação social à alegada violação de normas ou expectativas*;

f) Teoria crítica (perspetiva radical): tem como elemento central as *relações entre classes sociais* e define o problema social em torno do *resultado da exploração da classe trabalhadora;*

g) Construtivismo: tem como elemento central *o processo de reivindicação* e define o problema social em torno do *processo pelo qual grupos sociais reivindicam que uma dada situação é um problema social.*

O presente texto desenvolve-se em torno da perspetiva construtivista, que se expõe a seguir.

A perspetiva construtivista dos problemas sociais surge na análise sociológica nos anos setenta do século XX. Emerge da insatisfação com uma postura objetivista dominante no estudo dos problemas sociais (Best, 1989 cit. in Jamrozik e Nocella, 1998, p. 30). Constitui-se como um desenvolvimento da perspetiva do labelling, e as suas bases teóricas assentam no trabalho de Peter Berger e Thomas Luckmann sobre a construção social da realidade (1966) (Jamrozik e Nocella 1998:30).

Para Berger e Luckman (1966), a sociedade é uma produção humana e o homem uma produção social. Esta é ao mesmo tempo uma realidade objetiva, porque é exteriorizada relativamente aos atores sociais, que a produzem, objetivada, por ser constituída por objetos autónomos dos sujeitos sociais e apercebidos intersubjetivamente, e subjetiva porque é interiorizada através da socialização. (Berger e Luckman, 1966, p. 69-ss.). Deste ponto de vista, os problemas sociais – enquanto percepção socialmente partilhada de que determinados conjuntos de fenómenos são disfuncionais ou patológicos, e que podem ser etiquetados (*labelled*) por uma designação comum que os torna reconhecíveis como alvos de preocupação pública, de reivindicação e de políticas de remediação – são construídos por catividades sociais de representação, significação e institucionalização que os objetivam como factos sociais – no sentido em que lhes conferem uma realidade intersubjetiva, independente das consciências individuais –, e como tal suscetíveis de se tornarem objetos de socialização. Neste processo de construção social, dados de observação preexistentes sobre fenómenos objetivos são reelaborados e conceptualizados em torno das categorias emergentes da preocupação pública, e novos elementos de facticidade (de acontecimentos

singulares a estatísticas e a resultados científicos) são produzidos pelos novos focos de atenção, de problematização e de produção de sentido.

A sociologia dos problemas sociais começou a passar por um conflito paradigmático fundamental com a aparição de um artigo seminal de Malcolm Spector e John Kitsuse (1973) intitulado "Social Problemas: A reformulation"; na sua obra subsequente Spector e Kitsuse (1977), desafiavam a abordagem "estrutural-funcional" aos problemas sociais que até então tinha dominado a área de estudo. O funcionalismo, tal como foi exemplificado pelo trabalho de Merton e Nisbet (1971), tomou por certa a existência de problemas sociais (crime, divórcio, doenças mentais) como produtos diretos das condições objetivas prontamente identificáveis, distintas e visíveis (HANNIGAN, 1995, P. 47).

Desde 1973 que a teorização dos problemas sociais vem gerando uma massa crítica de contribuições teóricas e empíricas (Hannigan, 1995, p. 48). Em cada caso, o que as análises construtivistas têm em comum é uma preocupação com a forma como as pessoas, os grupos sociais e as instituições determinam o significado do seu mundo (Best, 1989, cit. in HANNIGAN, 1995, p. 48)

Segundo Hannigan (1995), Spector e Kitsuse argumentaram que os problemas sociais não são condições estáticas, mas "sequências de acontecimentos" que se desenvolvem com base em definições coletivas. Em conformidade com esta definição, eles teorizaram os problemas sociais como as "atividades de grupos que fazem asserções de agravos e reivindicações às organizações, agências e instituições sobre algumas condições aceitáveis". O processo de criação de exigências é teoricamente mais importante do que a determinação da sua validade objetiva destas. Assim, o analista dos problemas sociais é impelido a centrar-se na forma como este problema é "gerado e sustentado pelas atividades de grupos de reclamação e respostas institucionais a elas".

Ainda com base em Spector e Kitsuse (1977), Franco refere que,

> "qualquer asserção sobre a factualidade das condições não deve ser interpretada como detendo um valor objetivo, mas como um juízo de realidade, ou seja, uma asserção que estabelece a realidade da condição definida. Neste sentido, as condições de um problema social não são objetivas, antes hipotéticas, reputadas ou meras suposições. Daí que a factualidade dos problemas sociais não seja considerada pertinente, nem constitua objeto" (FRANCO, 2003, p.19)

Assim, o "foco" não está no fenómeno social em si, mas nos processos através dos quais o fenómeno social é construído e interpretado. A presunção teórica da perspetiva construtivista distingue claramente o fenómeno social do fenómeno físico, sendo o fenómeno social interpretado como não tendo uma existência independente da perceção e da interpretação do observador (JAMROZIK E NOCELLA 1998, p. 30). No estudo dos problemas sociais, o enfoque da perspetiva construtivista é centrado principalmente nos processos através dos quais uma condição social é interpretada como problema social, e não a condição enquanto realidade objetiva; e, portanto, nos atores sociais envolvidos no

problema social, isto é, as pessoas que "reclamam" que uma condição particular constitui um problema social. "A identificação de um problema social é, portanto, vista como uma atividade reivindicativa" (SPECTOR E KITSUSE, 1977, p. 73).

Assim, para Rubington e Weinberg, (1995) a "definição de problema social" pode situar-se em dois pressupostos: um centrado na "situação" que é considerada problema, e segundo a qual um problema social "é uma alegada situação incompatível com um significativo número de pessoas, que concordam ser necessário agir para a alterar", outro, centrado no "processo", e que reflete a perspetiva de Spector, e Kitsuse (1977) para quem um problema social é constituído "pelo conjunto das ações que indivíduos ou grupos levam a cabo ao prosseguirem reivindicações relativamente a determinadas condições putativas".

Spector e Kitsuse centram a sua observação nos processos sociais que fazem com que uma determinada questão receba da opinião pública a atenção devida a um problema social. "A ocorrência de problemas sociais depende da existência prolongada de grupos ou organizações que definem uma determinada situação social como um problema, e que procuram fazer qualquer coisa para o resolver. [...] O problema central de uma teoria dos problemas sociais é dar conta dos fatores de *emergência* e de *continuidade* das acções reivindicativas e das reações que elas provocam". (Kitsuse e Spector, 1981 cit. in YEARLY, 1992, p.50)

De acordo com Best (1989) citado por Hannigan, "o construcionismo não é apenas útil como uma posição teórica, mas poderá ser igualmente útil como uma ferramenta analítica" (HANNIGAN, 1995, p. 50). A este respeito, sugere três focos para o estudo dos problemas sociais a partir de uma perspectiva construtivista: as próprias exigências; os formuladores das exigências e o processo de criação das exigências. Partindo deste último foco,

> "Em cada fase do processo de definição coletiva, juntam-se novos fatores de configuração da carreira de um problema social. A fase de legitimação finaliza quando o problema social em questão adquire o estatuto de tópico de discussão pública, quando surgem reivindicações diferenciadas, dando lugar à situação de polémica sobre a natureza, causas e soluções do problema social" (FRANCO, 2003, p. 28).

Desenvolvendo-se este texto em torno duma perspetiva construtivista, é importante referir que "demonstrar que um problema social foi socialmente construído não é subvertê-lo ou desmascará-lo, pois quer as reivindicações válidas desencadeadas pelos problemas sociais, quer as inválidas, têm ambas que ser socialmente construídas" (YEARLEY, 1992, p. 185). Ou como refere Schmidt, "do mesmo modo que 'desconstruir' um problema ambiental não quer dizer que ele não exista na realidade, 'construí-lo' também lhe pode acrescentar dimensões que ele não tinha antes, passando estas a fazer parte da própria realidade do problema" (SCHMIDT, 1999, p. 111). Fica, sim, aberta a discussão entre as tendências construtivistas radicais, que se colocam na posição fenomenológica de suspensão de

juízo sobre a realidade objetiva dos alegados problemas e restringem os seus esforços de objetivação aos processos sociais de alegação e reivindicação; e as posições que poderíamos designar de construtivismo contextual, para as quais é importante não evacuar da agenda de investigação o papel da acumulação de condições objetivas, externas e eventualmente prévias ao sentido que a problematização social lhes virá a conferir, como plataforma de acordo intersubjetivo para a emergência de processos de problematização.

2 I O PROBLEMA AMBIENTAL COMO PROBLEMA SOCIAL

O conflito que a espécie humana estabeleceu com a natureza tem uma origem muito longínqua, na pré-história – pensemos nas crescentes ruturas ecológicas que constituíram a proliferação de uma espécie de predador tecnologicamente evolutiva, a domesticação e a progressiva criação cultural de espécies animais, e a associação da tecnologia agro-pastoril à utilização controlada do fogo em larga escala –, e a atual situação resulta de sucessivas crises ecológicas acumuladas (Carvalho, 2021). Como frisa Ost, (1995) citado por Carvalho, "se é em Descartes e noutros pensadores eruditos seus contemporâneos que comummente se procuram os indícios de uma rutura entre o homem e a natureza, "o movimento remonta ainda mais longe e mais além. De certa forma, é desde a origem, desde a aparição da espécie humana, que o homem transforma a natureza" (Carvalho, 2021, p. 84). Contudo, o ritmo da conquista humana sobre a natureza, ao longo dos séculos, foi um processo muito lento, comparado com a rapidez do atual processo de deterioração do planeta. A aceleração dessa rutura inicia-se com o advento do capitalismo moderno a partir do século XVI e, sobretudo, a partir do século XVIII, com a revolução industrial. No entanto, a emergência duma consciência ambiental tem uma origem muito mais tardia, apenas por volta dos anos sessenta do século XX e, enquanto *problema ambiental*, e subsequentemente como problema social, apenas na década de oitenta do mesmo século começa a ganhar importância, particularmente no discurso sociológico.

> "A dimensão e globalidade dos problemas ambientais ganham particular ênfase no discurso sociológico através dos debates sobre a modernidade, destacando-se as reflexões de Beck (1986, 1994 e 1998) e Giddens (1990). Beck, ao colocá-las no centro da sua teoria sobre a sociedade de risco, que designou de modernização reflexiva, que significa "a possibilidade de uma (auto)destruição criativa de toda uma época: a da sociedade industrial. O sujeito desta destruição criativa não é a revolução, nem a crise, mas a vitória da modernização ocidental" (Beck, 1994:2). Guiddens, ao integrar as questões ambientais nas consequências do desenvolvimento da sociedade capitalista/industrial, embora não as colocando como problema central, mas como um entre outros" (Carvalho, 2021, p. 92)

As transformações do risco e da sua componente ambiental na sociedade moderna, mais especificamente na dimensão experiencial relevada por Giddens com as suas consequências ao nível da reflexividade social, levam à sua perspetivação a partir

de uma outra vertente da teoria sociológica, a da sociologia dos *problemas sociais,* atrás desenvolvida.

Assim, com base, no ponto anterior, os problemas ambientais, tal como em geral a percepção social do risco, são uma "construção social que se situa numa variedade de experiências negociadas" (Bird, 1987 cit. in HANNIGAN, 1995, p. 145). Para que as disfunções ambientais se tornem problemas sociais, é necessário que existam *grupos de pressão* cujos objetivos não só integram a procura de influência sobre as políticas relevantes, mas, sobretudo, procuram dar-lhe visibilidade de modo que cheguem à opinião pública com o caráter de problema, reforçando a legitimidade das suas alegações e reivindicações. Para tal, efetua-se um trabalho de *labelling*, pelo qual um conjunto de condições objetivas empiricamente disjuntas (por exemplo, a desflorestação, a finitude dos recursos energéticos, a perda da biodiversidade, a proliferação de armas nucleares, a explosão demográfica, as marés negras, as cheias em áreas urbanas, e mias recentemente as alterações climáticas...) é subsumida numa categoria de cobertura (por exemplo, degradação ambiental) que lhes confere um novo sentido unificador, no seio do qual se potenciam reciprocamente para efeitos de alegação e de construção de preocupação pública.

O êxito da construção de um problema social ambiental depende, de acordo com Hannigan, da confluência dos seguintes fatores:

> - "autoridade científica para a validação das exigências;
>
> - existência de "propagadores" que possam estabelecer a ligação entre o ambientalismo e a ciência;
>
> - atenção dos meios de comunicação social onde o problema é "estruturado" como novidade e importante;
>
> - dramatização do problema em termos simbólicos e visuais;
>
> - incentivos económicos para tomar uma acão positiva;
>
> - emergência de um patrocinador institucional que possa assegurar legitimidade e continuidade" (HANNIGAN, 1995, p. 75).

A legitimação e a institucionalização do problema ambiental requerem, assim, uma validação científica, uma divulgação eficaz e a existência de públicos receptores do problema.

A validação científica tem-se revelado muito importante na legitimação do problema ambiental, em dois aspetos principais. Por um lado, no conhecimento de processos objetivos subsumíveis no problema social, como parte do seu processo de objetivação: a consciencialização e a legitimação de problemas ambientais de carácter global, como a diminuição da camada de ozono, a perda de biodiversidade ou o aumento do efeito de estufa, só foram possíveis através das descobertas científicas. "A causa verde está intimamente ligada à ciência desde logo quando afirma que as coisas naturais impõem, das mais diversas maneiras, limites às nossas próprias opções" (YEARLEY, 1992: 116). Por

outro, pelo contributo dado na consolidação dos movimentos ambientalistas, que viriam a tornar-se os principais veículos de propagação do problema, e que se reclamam portadores de *autoridade científica,* como veremos adiante.

Contudo, na divulgação do problema, a mera existência dos movimentos ambientalistas não seria eficaz como *propagador* do problema se os *media* não veiculassem a mensagem de forma estruturada e institucionalizada. Horta (1997), com base em Luhmann, refere que "a comunicação é o elemento essencial da realidade social, e, é partir dela, e não da ação, que se configuram os sistemas sociais". "Os peixes ou os seres humanos podem morrer porque nadar nos mares ou nos rios tornou-se pouco saudável. Os poços de petróleo podem secar e a média das temperaturas climatéricas pode subir ou descer. Mas enquanto não se comunicar sobre isto, estes factos não têm efeitos sociais" (Horta, 1997, p. 25).

Assim, "na passagem dos problemas ambientais de condições para assuntos, e depois para condicionantes da elaboração de políticas, a visibilidade mediática é crucial" (HANNIGAN, 1995, p. 79). Porque, como refere Paquete de Oliveira (1988: 85-86), na complexa sociedade de informação os "mass media" desempenham uma dupla mediação: Uma "mediação cognitiva", enquanto dão notícia, relatam o que acontece, reproduzem "a realidade", criam símbolos, perceções e "visões" do mundo; mas também uma "mediação estrutural", enquanto no seu discurso sobre as coisas e as pessoas, sobre os acontecimentos, eles produzem a própria realidade, realizando assim num âmbito social mais largo e complexivo, a estratégia de perpetuarem a sua própria forma expressiva, o entendimento possível do seu próprio discurso sobre os acontecimentos recorrendo à criação de códigos significativos e reinterpretativos da realidade.

Sem a cobertura dos meios de comunicação social, dificilmente os *problemas* entram na área do discurso público ou vêm a fazer parte do processo político, porque "é nos meios de comunicação social que circula o discurso da opinião pública" (RODRIGUES, 1984, p. 35). A comunicação social, para além de "veículo de opinião publicamente produzida nos espaços de debate e de convívio, tornou-se, pouco a pouco, produção de opinião, substituindo-se assim, ao trabalho de elaboração coletiva que orientava o projeto iluminista, reservando esse trabalho a uma classe profissional, aos profissionais da mediação" (RODRIGUES, 1990, p. 41).

A comunicação social surge assim como importante veículo de intermediação na divulgação das questões ambientais, já que "muitos de nós dependemos dos meios de comunicação social para que o dilúvio diário completamente confuso de informação sobre os riscos ambientais, tecnologias e iniciativas faça sentido. Contudo, e em simultâneo, o papel dos meios de comunicação social como um agente de educação ambiental e estabelecimento de agenda é bastante complexo" (HANNIGAN, 1995, p. 79). Mas,

> "não é só o mundo dos leigos que depende da tradução mediática; a própria ciência precisa dos *media* para se afirmar e expandir. Como nota Feldman

> (1993), a propósito justamente da complexidade (científica e técnica) dos problemas ambientais, ***o saber científico tem que ser processado e traduzido pelos media para se tornar um facto social público relevante"*** (SCHMIDT, 1999, p. 113).

Em suma, os *media* assumem um importante conjunto de funções enquanto veículos de divulgação e intermediação dos problemas ambientais. Para além da perspetiva dos *media* enquanto agentes de informação/socialização, encontramos também perspectivas que consideram que os *media* concorrem, a par de outras instâncias sociais, para a produção/construção social da realidade, para as visões que as pessoas partilham sobre o mundo. Não se limitam a transmitir informação, dão forma à realidade que tematizam, criando no seu discurso códigos de leitura, de significação e de interpretação sobre os conteúdos, o que remete para uma mediação interpretativa, na perceção do contexto sócio-político no qual é colocado o acontecimento (Paquete de Oliveira, 1991). Neste sentido, o trabalho dos *media* é fundamental na passagem da *difusão* seletiva dos acontecimentos (como o naufrágio de um petroleiro); à *tematização/labelling* dos acontecimentos (o naufrágio do petroleiro é um assunto de indústria de construção naval – segurança estrutural dos navios; de meteorologia – condições atmosféricas na origem do acidente; *ou ambiental – risco de poluição por derrame*?), incluindo o *labelling* retrospetivo de acontecimentos preexistentes à codificação do tema como problema social; e à sua *problematização*, ao valorarem os acontecimentos como indicadores de fenómenos subjacentes, merecedores de preocupação pública e de atenção política, e ao selecionarem e darem voz aos atores ou grupos de pressão problematizadores para formularem as suas alegações em comentário aos acontecimentos.

Contudo, por importante que seja a função dos *media* na construção dos problemas sociais, essa mediatização pressupõe a emergência, por um lado, de enunciadores que formulem as alegações do problema, sob a forma de atores isolados ou de grupos de pressão organizados; por outro, de grupos sociais mais vastos portadores dos valores e das orientações cognitivas para se constituírem como públicos eficientes do problema, isto é, partilharem suficientemente a crença nas disfunções alegadas para se agregarem numa preocupação coletiva perceptível no espaço público, através de mecanismos de participação coletiva (formação de associações, manifestações, iniciativas de alerta e de protesto, votações) ou de aferição (sondagens de opinião, estudos sociológicos, entre outros.), e para engrossarem as fileiras dos grupos de pressão organizados. Para uma dada temática de problematização, essa emergência de enunciadores e de públicos implica, do ponto de vista sociológico, pré-condições estruturais que criem efeitos de posição e de disposição para a percepção, a enunciação e a recepção do problema.

Por contraste aos movimentos sociais típicos da sociedade industrial, articulados em torno dos direitos de participação política e das condições materiais de vida, de trabalho e da distribuição do produto, o aparecimento nas sociedades ocidentais de novos

movimentos sociais, entre os quais os movimentos ambientalistas, ocorre na sequência de uma transição de valores materialistas para valores pós-materialistas, cuja abordagem foi especialmente desenvolvida por Ronald Inglehart. “As questões ambientais apenas podem ser entendidas se contextualizadas por exigências públicas de uma efetiva cidadania política, nas sociedades democráticas e de cultura pós-materialista” (COTGROVE E DUFF, 1980, p. 341).

Na década de 70, do século XX, Inglehart apresentou uma nova taxonomia de valores sociopolíticos que assenta na diferenciação entre valores materialistas e pós-materialistas, concluindo que nas sociedades ocidentais se estaria a verificar uma transição cultural. Os valores materialistas, que acentuam uma preocupação com os interesses tradicionais das políticas ocidentais, como a segurança económica, a estabilidade social, a luta contra o crime, dão lugar a valores pós-materialistas que mostram uma maior preocupação pela satisfação e a realização pessoal e dão grande ênfase na qualidade de vida e dos valores estéticos, entre os quais a preocupação com o ambiente, e a deslocação das conotações da esfera dos recursos económicos para as esferas estética, lúdica e ética. “Esta mudança parece dever-se aos níveis sem precedentes de segurança económica e física que prevalecem durante a era do pós-guerra” (INGLEHART, 1990, p. 66).

Esta transição de valores não traz consigo apenas a discussão de novos temas, como também dá um considerável impulso ao aparecimento de novos movimentos sociais. Mais, o “pós-materialismo parece ser apenas um aspeto de um processo de mudança cultural ainda mais amplo que está recriando e transformando as orientações religiosas, os papéis e os costumes sexuais e as normas culturais das sociedades ocidentais” (INGLEHART, 1990, p.66).

As mudanças acima referidas são desenvolvidas por Inglehart (1990), em torno de duas hipóteses: a da “escassez” e a da “socialização”. Na primeira, as prioridades de um indivíduo refletem o seu ambiente socioeconómico. Têm maior valor subjetivo as coisas relativamente escassas. Na segunda, a relação entre o ambiente socioeconómico não é imediata, verificando-se um desajustamento temporário substancial, dado que os valores básicos refletem em grande medida as condições predominantes desde a infância à maturidade. Assim, os indivíduos pertencentes aos estratos sociais economicamente mais favorecidos, tendem a preferir valores pós-materialistas. Por outro lado, as novas gerações, socializadas num ambiente de segurança e de bem estar, tendem igualmente a preferir este tipo de valores.

No estudo realizado, em 43 sociedades industriais avançadas, Inglehart, (1998) confirma que os valores básicos desse tipo de sociedade experimentaram um percurso intergeracional gradual durante as últimas décadas, e que os diferentes países evoluíram a diferentes velocidades. Contudo, as transformações económicas e tecnológicas influenciaram de modo semelhante estas sociedades. “Como implica a teoria da pós-modernização, o processo afeta a sociedade industrial avançada em geral” (INGLEHART,

1998, p. 172).

Habermas (1987) associa o aparecimento dos novos movimentos sociais, entre os quais o movimento ambientalista, a uma deslocação dos problemas, em paralelo com a transformação de valores tal como é explicitada na obra de Inglehart. Desenvolve uma classificação dos movimentos sociais modernos, descrevendo as suas origens estruturais e culturais, explicando o motivo por que alguns sectores específicos das sociedades modernas reagem mais à ameaça de colonização do mundo natural. Explicita ainda a forma política que esses movimentos adotam e as questões que tratam. Habermas estaria assim a dar resposta a um processo de transformação política amplamente observado, mas muito mal compreendido no Ocidente do pós-guerra: "o declínio secular de políticas de classes e a emergência de vários movimentos sociais mais recentes que diferem do movimento de trabalhadores, não só na composição social, mas também nas formas de organização, métodos de ação política e objetivos políticos". (GOLDBLATT, 1996, p. 185). "A questão principal não se trata das compensações que o estado providência pode proporcionar, mas de defender e recuperar formas de vida ameaçadas" (HABERMAS, 1987, p. 392).

Na base destes novos movimentos, encontra-se um sector particular das sociedades modernas, composto por jovens, pessoas com maior nível de instrução e classes médias, como sendo mais suscetíveis a uma mudança de valores, como havia referido Inglehart. "Em termos de estatística social, a "velha política" é mais apoiada pelos patrões, trabalhadores e comerciantes de classe média, enquanto a nova política encontra maior apoio nas novas classes médias, na geração mais nova, e nos grupos com maior educação formal" (HABERMAS, 1987, p. 392).

Pode, assim, concluir-se que estas contribuições da teoria sociológica sobre o ambiente, a construção de problemas sociais, e as bases sociais do tipo de valores subjacentes à emergência de novos tipos de *problemas sociais*, em que se destaca o *problema ambiental*, perante a ocorrência de uma forte mediatização dos problemas que convoque protagonistas das diversas áreas, - científica, ambientalista, política…- nos permite sustentar a existência de uma legitimação e institucionalização do problema ambiental assente numa validação científica, numa divulgação eficaz e na existência de públicos receptores do problema, conferindo-lhe, assim, a condição de *problema social*, ganhando, por isso, relevância política e lugar na agenda dos decisores governativos.

REFERÊNCIAS

BERGER, P. e LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1966.

CARVALHO, N. **Da Emergência do Problema Ambiental, à Emergência do Ambiente na Sociologia**. In Alexsandro, R. (Org) SOCIOLOGIA: Das Ausências às Emergências. Ponta Grossa, Paraná: Atena Editora. p. 83-97, 2021.

COTGROVE, S. e DUFF, A. “Environmentalism, Middle-Class, Radicalism and Politics”, in *Sociological Review*, Vol. 28, nº2, 1980

FRANCO, L. **Por Entre as Linhas do Jornal – O Problema social das Drogas no Diário de Notícias (1974/1993).** Dissertação em Sociologia, Lisboa: FCSH-UNL, 2003.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**, Oeiras: Celta, 1990.

GOLDBLATT, D. **Social Theory and the Environment.** Cambridge: Polity Press, 1996.

HABERMAS, J. **Théorie de L'Agir Communicationnel.** Paris: Fayard, 1987.

HANNIGAN, J. **Environmental Sociology - A Social Constructionist Perspective**. London, New York: Routledge, 1995.

HORTA, A. **Entre a Vida Selvagem e a Cidadania - A Mediação Televisiva e o Ambiente.** Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental, 1997.

INGLEHART, R. **Culture Shift, in Advanced Industrial Society**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R. **Modernización y posmodernización - El cambio cultural, económico y político en 43 sociedades.** Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1998.

JAMROZIK, A. e Nocella L. **The Sociology of Social Problems – Theoretical Perspectives and Methods of Intervention**. Cambridge: University Press, 1998.

PAQUETE DE OLIVEIRA, J. **O Poder dos Media ou a Comunicação do Poder**, Coimbra: Via Latina, 1991

RODRIGUES, A. D. **O Campo dos Media**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1984.

RUBINGTON, E. e Weinberg, M. S. **The Study of Social Problems – Seven Perspectives.** Oxford: University Press, 1995.

SCHMIDT, L. **Ambiente e Natureza no Ecrã: Emissões Televisivas, Remissões Culturais.** Dissertação em Sociologia, Lisboa: ISCTE, 1999.

SPECTOR, M. e KITSUSE, J. **Constructing Social Problems**. Menlo Park, Califórnia: Cummings Publishing Company, 1977.

YEARLEY, S. **A Causa Verde; uma sociologia das questões ecológicas.** Oeiras: Celta Editora, 1992.

CAPÍTULO 4

SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: ATUALIDADE E PERTINÊNCIA

Data de aceite: 01/09/2022

Adelcio Machado dos Santos
Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, pesquisado e orientador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP)
Caçador/SC/Brasil

Dado a lume, originalmente, Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, em 2022.

RESUMO: A Sociologia consiste no estudo da ordem social, o que significa a regularidade subjacente do comportamento social humano. Ela procura definir as unidades de ação social humana e descobrir o padrão na relação de tais unidades, isto é, saber como se organizam em sistemas de ação. Nesse contexto, o presente artigo visa responder: o que a literatura demonstra sobre a Sociologia do Conhecimento? Portanto, tem como objetivo promover uma reflexão sobre a Sociologia do Conhecimento e seus desdobramentos dentro do contemporâneo. Para isso, utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica. Como resultados, inferiu-se que a socialização, processo de aprendizagem da cultura, ao ultrapassar a dependência da infância, conduz à interiorização dos valores e objetivos da sociedade. Todo o conhecimento emana de produção social e, por conseguinte, da matriz axiológica relativa que se transforma em função do desenvolvimento das sociedades e das inovações tecnológicas disponíveis. Por conseguinte, a Sociologia do Conhecimento torna-se pertinente num determinado complexo de condições sociais e culturais. Destarte, a abordagem sociológica do conhecimento se reveste de relevância hermenêutica e operacional no ensejo em que se instaura a Era do Conhecimento, podendo, igualmente, contribuir sobremodo para a Gestão do Conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia, Gestão do Conhecimento, Globalização, Sociologia do Conhecimento.

SOCIOLOGY OF KNOWLEDGE: ACTUALITY AND RELEVANCE

ABSTRACT: Sociology is the study of social order, which means the underlying regularity of human social behavior. It seeks to define the units of human social action and discover the pattern in the relationship of such units, that is, to know how they are organized into action systems. In this context, this article aims to answer: what does the literature show about the Sociology of Knowledge? Therefore, it aims to promote a reflection on the Sociology of Knowledge and its unfolding within the contemporary world. For this, the bibliographic review was used as a methodology. As a result, it was inferred that socialization, the learning process of culture, by overcoming childhood dependence, leads to the internalization of society's values and goals. All knowledge emanates from social production and, therefore, from the relative axiological matrix that is transformed as a function of the development of societies and available technological innovations.

Therefore, the Sociology of Knowledge becomes relevant in a certain complex of social and cultural conditions. Thus, the sociological approach to knowledge is of hermeneutical and operational relevance in the context of the Age of Knowledge, and can also contribute greatly to Knowledge Management.
KEYWORDS: Sociology, Knowledge Management, Globalization, Sociology of Knowledge.

1 I INTRODUÇÃO

As maneiras de o ser humano se relacionar em sociedade e consigo próprio, conferir valores, sentidos e significados às suas ações, vivências e projetos constituem uma de suas singularidades diante da Natureza. Nesse contexto, a Sociologia constitui, atualmente, área reconhecida, emancipada e plenamente integrada ao universo epistemológico.

De outro vértice, a construção do conhecimento há séculos estimula a curiosidade. Configurando uma das subáreas da Ciência supracitada, a Sociologia do Conhecimento evidencia que, tanto quanto os humanos, as ideias emergem de raízes sociais. Além disso, o objeto epistêmico da subárea trata da localização social das ideias, atrelando o pensamento e seu autor ao social.

Esta disciplina adquire relevância hermenêutica e operacional no ensejo em que a humanidade transita da Era Industrial para a Era do Conhecimento. Pertinentemente, clarificam diversos pesquisadores que as mutações verificadas nas economias centrais projetam luz passagem de uma sociedade baseada na produção de bens materiais para uma civilização fulcrada no conhecimento.

Neste contexto, avulta o fenômeno denominado pela mídia "globalização". Para McGrew (*apud* ADOLFO, 2001), refere-se a processos atuantes em escala global, que ultrapassam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo mais interconectado.

Destarte, implica movimento de distanciamento do paradigma sociológico clássico da sociedade como sistema bem delimitado e sua substituição por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço. Isso quer dizer que a globalização, de acordo com o magistério de Barbosa (2001), não está somente nas notícias difundidas internacionalmente.

Ela, ainda, repercute na própria dinâmica das economias e sociedades cada vez mais influenciadas pela produção das multinacionais, pela entrada de capitais na Bolsa, pelo uso de novas tecnologias e bens de consumo importados, pela presença crescente dos temas de política internacional na agenda nacional dos respectivos Estados e pela adesão externa aos projetos dos movimentos sociais nacionais. Em relação ao comércio internacional, à guisa de exemplo, perante a exigência de abertura de seus mercados, verifica-se o acirramento da concorrência.

Desta feita, refletir sobre a Sociologia do Conhecimento é uma temática não apenas pertinente, mas também, permanente do bojo de uma sociedade que cada vez ganha maior

nível de complexidade e transmutação do conhecimento em velocidade acelerada. Nesse contexto, o presente artigo visa responder: o que a literatura demonstra sobre a Sociologia do Conhecimento? Assim, este artigo tem como objetivo promover uma reflexão sobre a Sociologia do Conhecimento e seus desdobramentos dentro do contemporâneo. Para isso, utilizou-se como metodologia a revisão bibliográfica.

2 | DESENVOLVIMENTO

A Sociologia do Conhecimento não constitui disciplina gratuita. Ao desvendar as relações entre as bases sociais e as manifestações mentais, ela facilita a conversão do pensamento em ação, comunicando poder transformador ao saber humano. Assim, esta transmutação leva ao conhecimento a adquirir a dimensão de poder político a serviço da emancipação humana.

O primeiro problema maior da abordagem sociológica do conhecimento se localiza conjuntamente com o trabalho feito no campo da história das ideias, o qual tem sido extremamente frutífero tanto no que diz respeito aos métodos como no que toca aos resultados (BERTELLI; PALMEIRA e VELHO, 1974).

A Sociologia do Conhecimento apenas pode ser empreendida tomando-se caminho indireto por meio do conceito de sistema total de uma visão de mundo. Não se pode relacionar diretamente a posição intelectual com uma classe social. O que se pode fazer, no entanto, é descobrir o encadeamento entre o estilo de pensamento subjacente a uma dada posição e a motivação intelectual de um determinado grupo social.

Na forma do magistério da lavra de Bertelli; Palmeira e Velho (1974), se for definir a Sociologia do Conhecimento como uma disciplina que explora a dependência funcional de cada posição intelectual da realidade diferenciada do grupo que lhe está subjacente, e que se coloca a tarefa de retraçar a evolução das várias posições, então afigura que o começo frutífero, efetuado pelo historicismo, deve apontar a direção em que são possíveis maiores progressos.

O termo conhecimento deve ser tomado em seu sentido mais amplo, uma vez que tais estudos se têm referido a praticamente toda uma gama de produtos culturais (ideias, ideologias, crenças jurídicas e éticas, filosofia, ciência, tecnologia). Entretanto, qualquer que seja o conceito de conhecimento, a orientação central desta nova disciplina permanece a mesma: as relações entre o conhecimento e os demais fatores existenciais de uma cultura.

Desde a década de 1970, os pesquisadores como Bertelli; Palmeira e Velho (1974) já apontavam que a Sociologia do Conhecimento como disciplina distinta era cultivada especialmente na Alemanha e na França, ao passo que os sociólogos estadunidenses somente nas últimas décadas têm devotado uma atenção cada vez maior aos problemas desta área.

A Sociologia do Conhecimento encontrou respaldo no pensamento estadunidense

por apresentar problemas, conceitos e paradigmas que mais e mais são pertinentes à situação social contemporânea dos Estados Unidos, que já vinham adquirindo determinadas características daquelas sociedades europeias onde inicialmente desenvolveu esta disciplina.

Destarte, a Sociologia do Conhecimento torna-se pertinente num determinado complexo de condições sociais e culturais. Devido à intensificação dos conflitos sociais, as diferenças entre as atitudes, valores e modos de pensar dos grupos vão-se acentuando, a ponto de a orientação comum que os reunia anteriormente ser obscurecida por diferenças incompatíveis.

As teorias mais aceitas têm lidado com um ou ambos dos dois principais tipos de relacionamento: relação causal ou funcional; e relação simbólica, orgânica ou significativa. O sociólogo do conhecimento, baseado em uma compreensão comparativa, pode não só estabelecer origens sociais para as duas posições extremadas, mas, construtivamente, implementar a alteração planejada de certas formas físicas que se julgam adequadas para conseguir uma transferência produtiva.

Para Crespi e Fornari (2000) a disciplina visa a identificar os nexos que existem entre as condições sociais dentro da respectiva situação histórica, e os sujeitos individuais e coletivos junto com os elementos culturais de conteúdo cognitivo predominante, tais como proposições das ciências naturais e sociais, doutrinas, crenças, explicações racionais etc., que foram criadas, elaboradas e expressas pelos mesmos sujeitos.

A disciplina, por conseguinte, estuda a gênese social do saber, analisando as relações que há entre as estruturas da sociedade e as formas do conhecimento, como também tenta mostrar o modo como tais formas se influenciam mutuamente.

Nesta perspectiva, evidencia-se como, a partir de fatores culturais e por meio de um processo de interpretação, emergem resultados representativos, competentes para transformar o sentido do agir e as próprias estruturas sociais.

Em Sociologia, como é notório, o termo estrutura significa aqueles elementos que, em uma sociedade, tendem a consolidar-se de modo constante, permanente e formal.

Tais elementos, portanto, se mencionam à sistematicidade tendencial em que se inscreve qualquer formação social na tentativa de determinar, dentro do seu próprio meio, posições e papéis, e fixar ao mesmo tempo o conjunto das instituições (CRESPI; FORNARI, 2000). Com efeito, a sociedade se configura interação complexa em que o agir social produz estruturas que, uma vez formadas, condicionam o agir sucessivo, sem, contudo, eliminar a própria capacidade de transformar suas estruturas.

O termo processos, portanto, assume um realce central para o conhecimento sociológico. As estruturas, por conseguinte, não se consolidam contra o processo evolutivo da realidade social, mas sim em força da mesma. Por esta razão, o nexo entre saber e estruturas sociais pode ser pensado como relação entre os vários elementos que concorrem para efetivar a mesma sociedade.

Foi justamente a circularidade da relação entre sociedade e conhecimento que levou numerosos sociólogos a considerarem a sociedade como sendo, na sua totalidade, o resultado de uma construção social. A disciplina explora a dependência funcional de cada ponto de vista intelectual para com a realidade social que os suporta ou fundamenta e divide a sua temática de maneira curiosa, em termos a identificar, ou pouco menos que isso, um de seus capítulos mais fundamentais com o tema gnosiológico das repercussões relativísticas de análise sociológica do pensamento.

As singulares condições socioeconômicas e o particular momento de evolução histórica reservaram às colônias gregas da Ásia Menor o peculiaríssimo evento histórico da descoberta do *logos* (MACHADO NETO, 1979).

De posse da insólita descoberta, a elite intelectual dessas afortunadas colônias empreendeu o corajoso processo de derrubada da tradicional concepção mitológica do mundo, substituindo-a por uma coerente interpretação racional da realidade que se manifestou, a princípio, como especial interesse pela problemática do mundo físico e revelou-se dominada por uma preocupação de unidade que parecia decorrer da vocação de universalidade inerente à verdade.

Já clarificava Machado Neto (1979) que a Revolução Industrial significou a confirmação da vitória da razão sobre a Natureza, no plano doméstico dos países europeus, o imperialismo e o consequente processo de ocidentalização do mundo significou para o plano extra europeu dos países coloniais. Por esse caminho, o *logos* ocidental conquistou o orbe terrestre. Com essa europeização ou ocidentalização do mundo, aos poucos, a crença na ciência vai se tornando universal. Sob esse aspecto, parece que a vitória da razão é definitiva e inequívoca.

Destarte, sob esse prisma a humanidade científica do mundo industrial marchou vitoriosa, de conquista em conquista, pela rota segura do progresso, sob o império da razão governante.

Depois que as Ciências Humanas descobriram o alto grau de condicionamento social das ideias e tornou evidente que as concepções teóricas, em particular, o pensamento filosófico, social e político já não seria mais possível conservar inatingível o culto da razão abstrata à qual o homem ocidental vinha, tradicionalmente, confiando as suas mais calorosas esperanças.

Fiel à sua vocação racional, o Ocidente pretendeu pôr um paradeiro a esse descalabro, atribuindo a uma nova atividade científica a tarefa de manipular racionalmente as ideologias, usando a neutralidade e a objetividade da Ciência, para substituir e superar a irresponsável paixão política.

Nasceu, destarte, a Sociologia do Conhecimento. Embora as análises sociológicas do conhecimento possam, verdadeiramente, ser feitas de um ângulo macro ou de um ângulo micro, os grandes assuntos desses estudos são: sociologia do homem de conhecimento; sociologia da obra de conhecimento; sociologia da vigência intelectual. No primeiro desses

três momentos, estuda-se o portador do conhecimento e o seu inventor, em particular, em seu posto social, seu *status*, e os papéis derivados desse *status*.

No segundo momento, a análise é concentrada no produto intelectual, na obra de conhecimento, anotando as maiores ou menores vinculações que ela exibe, conforme sua contextura sistemática peculiar, com o ambiente social em que vem à luz, é divulgada e aceita ou repelida. Essa vinculação é, à guisa de exemplo, muito maior no pensamento social e político do que na filosofia e, por certo, muito mais intensa na filosofia do que na ciência.

Finalmente, as vigências intelectuais, como uma atmosfera intelectual que circunda a todos, e a cujos influxos estão todos irremediavelmente sujeitos, seria o tema conclusivo de uma teoria sociológica do conhecimento, quando as sociologias especiais estudam o processo da ação recíproca.

Em outros termos, quando o fator cultural, embora formado ao sabor da influência avassalante do condicionamento social, desde que socialmente aceito, como uma vigência, passa, por sua vez, a constituir, como circunstância, um elemento determinador do todo social e de tudo que nele se passa, inclusive e primordialmente, a vida do espírito.

Machado Neto (1979) adiciona que pela descrição de sua temática, já se fez truísmo a vinculação da Sociologia do Conhecimento com os outros ramos da Sociologia. Com isto, se a linguagem envolve uma visão do mundo e da vida, certamente será difícil, muitas vezes, distinguir o âmbito temático de uma análise sociológica da linguagem e do conhecimento.

A Filosofia constitui, a muitos títulos, uma colaboração inestimável para a formação temática da Sociologia do Conhecimento. Por vários caminhos, ela tem iluminado, a seu modo, os problemas do condicionamento social das idéias e dos sistemas de pensamento.

À guisa de exemplo, o Pragmatismo vem, mais insistentemente, coincidindo com a Sociologia do Conhecimento, ao assinalar a função vital do pensamento e, pois, sua vinculação ao real, às motivações vitais do pensador e ao seu enquadramento social.

Nesta aparente desordem da produção do conhecimento humano, emerge, entretanto, a beleza da dinâmica da construção coletiva do conhecimento social.

Desta maneira, a sociologia substantiva do conhecimento encontra-se na teoria da determinação ou condicionamento social do conhecimento.

O conhecimento fornecido pela análise funcionalista permite alguns impasses existentes no campo da sociologia empírica, principalmente os que estão relacionados: aos processos de socialização, nos quais os sujeitos se transformam em personalidades e podem ser localizados no sistema de posições sociais; as relações da sociedade com o organismo humano ou com o meio físico; a continuidade social; a caracterização; a aproximação de atitudes e de ideais nos diferentes níveis de comportamento e através das diferentes formas de controle social; e a classificação dos tipos sociais.

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Sociologia, respondendo à questão norteadora deste estudo, está sendo compelida a interpretar o que está acontecendo pelo mundo na época da globalização. Está sendo desafiada a recuperar e desenvolver o seu diálogo com as outras ciências sociais, a partir do reconhecimento de que a sociedade global é uma sociedade capitalista, burguesa, de classes sociais e grupos sociais, na qual se desenvolvem classes e grupos dominantes, ou blocos de poder de alcance mundial, e classes e grupos subalternos de alcance mundial.

Presentemente, a Sociologia do Conhecimento desenvolve-se no espaço que ela trata de criar entre o extremo de uma percepção do conhecimento como atividade imparcial e desgarrada do mundo dos humanos e o outro extremo da ideia da fusão e da diminuição total de todas as formas de conhecimento ao jogo de poder econômico e político.

Por fim, o problema heurístico da Sociologia do Conhecimento consiste em verificar como o conhecimento tem sido, em última análise, condicionado em seu conteúdo e em suas condições de produção, nos vários contextos sociais. Seu problema político tem sido o de mencionar as condições que admitem o desenvolvimento de formas de conhecimento dinâmicas, criativas, dotadas de riqueza e profundidade, bem como socialmente relevantes.

REFERÊNCIAS

ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva. **Globalização e estado contemporâneo.** São Paulo: Memória Jurídica, 2001.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O mundo globalizado**. São Paulo: Contexto, 2001.

BERTELLI, Antonio R; PALMEIRA, Moacir G. S.; VELHO, Otávio Guilherme. **Sociologia do conhecimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

CRESPI, Franco; FORNARI, Fabrizio. **Introdução à sociologia do conhecimento.** Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MACHADO NETO, Antônio Luís. **Formação e temática da sociologia do conhecimento.** São Paulo: Convívio, 1979.

[1] Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Mestre em Relações Internacionais. Especialista em Psicologia Organizacional; Gestão de Recursos Humanos. Bacharel em Direito, Ciências Econômicas, Saúde, Jornalismo e Administração.

CAPÍTULO 5

SOCIOLOGIA: SURGIMENTO E IMPORTÂNCIA EM DIFERENTES CURSOS DE GRADUAÇÃO

Data de aceite: 01/09/2022

Elias Canuto Brandão
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR-Campus Paranavaí); Colegiado de Pedagogia e Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação na Diversidade do Campo (GESPEDIC)
Maringá – PR
http://lattes.cnpq.br/0224334447996878

RESUMO: Este capítulo estuda a "*Sociologia: surgimento e importância em diferentes cursos de graduação*", objetivando contribuir com a formação dos estudantes, visando compreender que vivemos em sociedade e desde que acordamos necessitamos da convivência social, primeiro entre os familiares e em seguida com as pessoas que não fazem parte da família, mas que convivemos no transporte coletivo, trabalho, associação, política, igrejas. Interagir socialmente é parte do ser humano e para o feito, a disciplina sociologia em diferentes cursos possibilitará conhecer pensadores e os precursores da sociologia, desde a renascença, como Maquiavel, Morus, Campanella, Bacon e Hobbes. No século XVIII Montesquieu, Hume, Locke e Adam Smith e os precursores da Sociologia no século XIX, Durkheim, Weber e Marx, assim como a Sociologia no Brasil com Florestan Fernandes. A Sociologia discutirá a fome e o desemprego, contribuindo com a formação de profissionais nas áreas diferentes áreas do conhecimento: ciências humanas, agrárias, saúde, exatas e da terra, biológicas, engenharias, sociais aplicadas, letras e artes.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia. Surgimento. Formação dos estudantes. Diferentes cursos.

SOCIOLOGY: EMERGENCE AND IMPORTANCE IN MANY GRADUATION COURSES

ABSTRACT: This chapter studies "Sociology: emergence and importance in many graduation courses", intending to contribute to educational development, aiming to comprehend that we live in a society and so need social coexistence. First, among members of the family, followed by those who are not members of the family, however, we live around public transport, work, society, politics, and churches. Interacting socially is part of the human being and for this purpose, the sociology subject in different courses will allow them to meet and connect with the thinkers and the fathers of sociologic studies, since the renaissance, such as Machiavelli, More, Campanella, Bacon, and Hobbes. In the XVIII century Montesquieu, Hume, Locke e Adam Smith and the pioneers of sociology in the XIX century Durkheim, Weber e Marx, as the social studies in Brazil with Florestan Fernandes. Sociology will discuss the hungry and unemployment, playing a role in the building of professionals in different areas of knowledge, such as human sciences, agriculture, health, exact sciences, engineering, applied sciences, literature, and arts.

KEYWORDS: Sociology, appearance, student development, different courses.

1 I INTRODUÇÃO

O presente capítulo contribui com a formação universitária de diferentes cursos de graduação, possibilitando aos estudantes compreender a importância de se cursar a disciplina sociologia na graduação, visto vivermos em sociedade. Desde que nascemos necessitamos da convivência social, primeiro entre os familiares e em seguida com as pessoas que não fazem parte da família, mas que convivemos no transporte coletivo, trabalho, associação, política ou religião.

Diariamente estamos envolvidos social, cultural e politicamente com nossos pares e concorrentes em pequenos ou grandes grupos, interagindo ou disputando espaços político, cultural e econômico.

Como a interação social não escolhe dia, local, universidade, formação, curso, conhecimento, concepções ideológicas, disciplina, grupo social ou formas de governos, ocorrendo na família, clube, universidade, trabalho, transporte coletivo e sala de aula, é indicado o aprofundamento do estudo da ciência sociologia para compreender a sociedade e suas mais diferentes formas de organização e disputas.

A sociologia tem por norte estudar as interações e relações sociais e tudo que neles ocorrem e decorrem socialmente (maneiras de pensar, sentir e agir), formas de controle e de disputas sociais, políticas, culturais e econômicas.

Independente do curso de graduação (administração, contabilidade, economia, enfermagem, educação física, direito, pedagogia, matemática, letras, história, geografia, ciências biológicas, medicina, odontologia, música, teatro, tecnologia, eletrônica...), não há justificativas que sustente questionamentos sobre a não importância do estudo da sociologia enquanto disciplina.

Para além do exposto, a sociologia discute e analisa a fome e o desemprego, contribuindo com a formação de profissionais conscientes e críticos nas áreas do conhecimento das ciências humanas, agrárias, saúde, exatas e da terra, biológicas, engenharias, sociais aplicadas, letras e artes.

Assim, a sociologia na formação do acadêmico ou do pesquisador possibilitará conhecimento sobre a sociedade e contribui com os mais diferentes debates sociais e políticos por meio da interação e participação social e do viver em sociedade.

Enfim, sempre estamos nos socializando, interagindo, influenciando ou sendo influenciado por alguém, por um grupo, organização social, partido político, clube, igreja, associação, universidade, sindicato, partido, patrão, encarregado ou por um colega de trabalho, de sala ou por professores.

Estudar sociologia implica aprofundar o que lhe constitui: a sociedade, o capitalismo, socialismo, comunismo, riqueza, pobreza, fome, miséria, lutas de classes, lutas sindicais, lutas políticas.

Para o estudo da sociologia é necessário conhecer alguns dos pensadores e

precursores que pensaram, discutiram e questionaram as diferentes formas de sociedades. No renascimento tivemos Maquiavel, Morus, Campanella, Bacon e Hobbes. No século XVIII foram protagonistas Montesquieu, Hume, Locke e Adam Smith e no século XIX os precursores Durkheim, Weber e Marx. No Brasil, temos Florestan Fernandes discutindo e analisando o que vivenciava o país e ainda hoje continuamos a estudar, analisar, pesquisar a sociedade e suas mazelas que historicamente faz parte da história do Brasil, aprofundada desde o golpe militar de 1964.

2 I A EVOLUÇÃO

Na antiguidade ou no momento presente, nenhum tipo de animal viveu só. Os agrupamentos sociais marcaram e marcam o convívio social, seja por questões de convívio e instinto, seja por questões de defesa pessoal e do grupo. Assim foi no Egito, Mesopotâmia, Roma ou Brasil, no Oriente ou Ocidente. Sempre teve a vivência grupal, a socialização.

Destacamos que os animais racionais (os homens) avançaram nesse processo e desenvolveram habilidades que outros animais os irracionais (chamados de “bichos”) não desenvolveram, continuando a viver como se na pré-história.

A evolução do animal racional foi tamanha que na contemporaneidade tem sido capaz de sua autodestruição por meio do desenvolvimento da ciência e tecnologia e das invenções e fabricação de armamentos e bombas, com consequências de guerras.

Há de se reconhecer que esta evolução foi resultado do desenvolvimento da escrita e da fala na antiguidade, o que contribuiu para o surgimento de várias áreas das ciências e da comunicação entre as pessoas em um grupo e entre diferentes grupos, inclusive com a utilização da diplomacia quando em momentos de tensão entre nações.

Destaque-se que a comunicação – por meio da fala – entre os animais racionais ocorre há séculos, milhares, milhões ou bilhões de anos, e caso a fala não tivesse existido, talvez estivessem os animais ditos racionais, continuado primitivos, irracionais, vivendo em grupo, à escuridão da caverna (PLATÃO, 2022). A vida em grupo faz parte dos animais, independentemente de sua categoria e espécie, mas aos homens, enquanto racionais, a evolução e seu desenvolvimento trouxe luz, e a caverna tornou-se mito.

Na primitividade a escrita era formada por rabiscos soltos que evoluiu aos poucos, de forma lenta e por séculos. A fala foi outro desenvolvimento ou revolução altamente significativo para os povos, sendo a primeira grande revolução da história. Sem a *Revolução “Fala”*, os animais racionais (os humanos) teriam tido dificuldades de comunicação entre eles e entre outros diferentes grupos sociais.

Por que não reconhecer também que a segunda grande revolução da história foi o desenvolvimento da *escrita* e de sua interpretação, a *leitura*? A *Revolução da Escrita e da Leitura* foi resultado de um processo histórico lento e gradual, que perpassou milhares ou milhões de anos, datado pelos historiadores e cientistas há aproximadamente cinco mil

anos a.C.

A *Revolução da Escrita e Leitura* foi resultado de brincadeiras, erros e acertos na interpretação de sinais e rabiscos entre crianças, jovens e adultos, homens e mulheres da antiguidade. Decorrência de erros e acertos das convivências dos grupos, assim como dos confrontos entre eles e grupos diferentes, representados pela imaginação de atores em filmes como em *A guerra do fogo*, lançado em 1982, do diretor Jean-Jacques Annaud e em *Caverman* ou seja, *O homem das cavernas*, escrito por Rudy De Luca e Carl Gottlieb e produzido por Lawrence Turman e David Foster, em 1981.

As revoluções da fala, escrita e leitura não significaram o início da vida em sociedade, mas o aperfeiçoamento e desenvolvimento da vida em sociedade, resultando na organização de cidades-estados e no aperfeiçoamento de técnicas e da ciência que continuam em desenvolvimento.

Por que não reconhecer que as revoluções da fala e da escrita possibilitaram a revolução do conhecimento e que foram mais importantes que as revoluções Francesa e a Industrial? Foram elas, enquanto revoluções ainda na antiguidade que possibilitaram os diferentes grupos sociais primitivos a se comunicarem e a desenvolverem "rápidas" habilidades e criatividades a partir de 5.000 a.C., derivando no desenvolvimento da ciência e tecnologia contemporânea, assim como na concretização de centenas de guerras civis e militares, com armas bélicas, químicas e atômicas, locais, regionais e mundiais.

Sem a Revolução da Escrita talvez não soubéssemos das experiências políticas dos impérios do Egito, Mesopotâmia, Grécia e Roma. Não soubéssemos das formas de organização das religiões e culturas antigas e medievais. Não tivéssemos tido o mundo feudal e o Renascimento das ideias, nem vivenciado a ambição de Hitler em dominar o mundo através da Alemanha, e não estaríamos presenciando o Império Americano intervindo político e militarmente nos diferentes cantos da terra, apesar da ascensão econômica da China e da organização dos países mais ricos da terra e d os blocos econômicos como da UNIÃO EUROPÉIA; NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio); MERCOSUL (Mercado Comum do Sul); PACTO ANDINO; APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico); ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático); SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral); MCCA (Mercado Comum Centro-Americano) ou Aliança do Pacífico (bloco econômico latino-americano).

Sem a Revolução da Escrita, o que seria da documentação histórica sobre a divisão da terra em mundo ocidental e oriental; norte e sul; países economicamente pobres e ricos, ou mesmo do esquartejamento do globo terrestre em primeiro, segundo e terceiro mundo; globalização e internacionalização; liberalismo e neoliberalismo; positivismo ou marxismo; capitalismo, socialismo ou comunismo; esquerda, centro e direita; opressor e oprimido; rico, pobre e paupérrimo; fome e desemprego; latifundiário e sem-terra.

Sem as primeiras revoluções, poderíamos estar ainda vivendo experiências do mundo antigo, sem ciência e tecnologia, talvez andando eretos. E o que teria sido do

controle ideológico da Igreja medieval, da existência das cruzadas das regiões da Europa para o Oriente, da inquisição religiosa sobre os pensadores, da usura, das grandes navegações e invasões de terras além mar e continentes realizadas por portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses, na América ou na África?

Sem a Revolução da Escrita, o desenvolvimento tal qual vivenciamos poderia ter ocorrido totalmente diferente. Mais lento? Não teria ocorrido? Estaríamos ainda nos comunicando primitivamente?

Talvez não tivéssemos tido desmatamento em alta escala em todos os continentes, e os nativos (intitulados índios pelos invasores) não teriam sido dizimados, como ocorreu no Brasil, assim como os negros não teriam sido capturados e sequestrados na África e escravizados no Brasil. Talvez não tivéssemos energia elétrica, revolução industrial ou francesa. Talvez não tivéssemos vivenciados a invenção do avião, a chegada do homem à lua, a primeira e segunda guerra mundial, a guerra nas estrelas, a guerra fria, a guerra no Iraque de 2003 a 2011 ou na Ucrânia em 2022, nem o ataque às torres gêmeas e a água não seria potável e sim, natural.

A revolução da escrita e leitura possibilitou a origem da sociologia, do estudo das relações e interações sociais e desta forma, é importante conhecermos as raízes dos pensadores conhecidos como helênicos, por serem naturais ou habitantes da Hélade – Grécia antiga (LAKATOS, 1982). Dois daqueles pensadores, Platão e Aristóteles, foram fundamentais na contribuição dos pensamentos posteriores à compreensão da organização da sociedade, quando em suas obras trataram dos problemas sociais e políticos separando as discussões das questões religiosas.

> Pensadores helênicos, notadamente Platão (429-341 a.C.), *A República*, e Aristóteles (384-322 a.C.), *A Política*, foram os primeiros a tratar de tais problemas de maneira sistemática e separada da religião, mas não independente dos regimes políticos e econômicos. As obras desses dois sábios iriam ter imensa repercussão e sua influência, na verdade, se faz sentir até nossos dias (LAKATOS, 1982, p. 37).

Assim é a história das sociedades. Os homens vivenciaram experiências antigas e posteriormente medievais, período que a sociedade se estabeleceu em sua maioria no campo, nos feudos, com relações sociais de “suserania e vassalagem”, senhores feudais e vassalos, “camponês e seu senhor”, “nobreza e servos” (SOARES; GARCEZ; SILVA, s/d, p. 2). Desse período temos resquícios em pleno decorrer do século XXI como o modelo de democracia, de universidades e escolas, assim como as práticas metodológicas aplicadas no ensino: carteiras em fileiras, provas, aulas expositivas e formas de organização da gestão e administração como departamentos e reitorias.

3 I RENASCIMENTO

O período medieval e suas experiências resultaram no renascimento de ideias de

pensadores como Maquiavel, Tomás Morus, Tomaso Campanella, Francis Bacon, Tomas Hobbes, entre outros que no ocidente contribuíram com o aniquilamento do sistema feudal – das monarquias –, adubando o sistema capitalista que germinava se concretizou por meio das revoluções francesa e industrial. Devido a rapidez das invenções tecnológicas e a globalização, o futuro das sociedades é uma incógnita e antes que se confirme a incógnita, adentremos no Renascimento – período intermediário entre a Idade Média e a Modernidade –, período que surgem autores mais realistas sobre os fenômenos sociais, contribuindo com mudanças que só foram sentidas séculos mais tarde.

Nicolau Maquiavel (1469-1527), historiador e poeta, na obra "*O príncipe*" – um dos livros políticos mais completos –, contribuiu na construção do conceito de Estado atual. O livro sugere, entre outras, a famosa expressão *os fins justificam os meios*, defendendo a centralização do poder político e não propriamente o absolutismo.

O período de Maquiavel foi de choques de poder e de ideias, e a sociedade vivia em crise política. Diante do que presenciava, Maquiavel foi defensor do absolutismo por meio de ações enérgicas por parte de quem estivesse governando, pois entendia que o ser enérgico conservaria a ordem na gestão e na política.

Thomás Morus (1478-1535), outro pensador do renascimento, foi diplomata, escritor, advogado e exerceu cargos políticos. Escreveu entre outras, a obra "*Utopia*". Embora utopia signifique "lugar nenhum", como explica João Almino no prefácio da obra (MORUS, 2004, p. IX), para Morus *Utopia* é uma concepção teórica de um estado ou império perfeito, utópico, de plenas liberdades, sobretudo religiosa, com relações sociais e políticas, que não apresentasse problemas e conflitos. Via como contraposição à sociedade inglesa com problemas estruturais e conjunturais.

Tommaso Campanella (1568-1639) filósofo, poeta e teólogo dominicano, escreveu várias obras, entre elas destaca-se a "*Cidade do sol*" – podendo ser catalogado no mesmo plano de Utopia. Era a cidade ideal, perfeita. Devido suas teorias e modo de ver o mundo e o Estado, Campanella ficou preso por quase 30 anos. Descreveu como deveria ser a cidade, o governo, o Estado, e ao mesmo tempo questionou a impossibilidade da existência de uma "ótima república":

> 1º. – Do que nunca existiu, nem existirá, nem se espera que exista, é inútil e vão tratar. Semelhante modo de viver em comum, inteiramente isento de delitos, é impossível, nem nunca se viu, nem se verá. Foi, pois, inutilmente que nos ocupamos com isso. Do mesmo argumento usava Luciano contra a república de Platão.
>
> 2º. – Essa república só pode subsistir numa cidade e não num reino, pois não se podem encontrar lugares inteiramente semelhantes. Dessa forma, será corrompida pelos povos sujeitos, pelo comércio ou pelas sedições que irromperem contra tão austera maneira de viver.
>
> 3º. – Essa república foi imaginada ótima e perene. Ora, em primeiro lugar, não poderá ser perene, porque necessariamente acabará se corrompendo ou sendo invadida pela peste proveniente do longo domicílio, não estando livre

> do vento, da guerra, da carestia, das feras, e não podendo escapar à tirania interna, ou, finalmente, pelo excessivo número de cidadãos, como dizia Platão da sua república (CAMPANELLA, s/d, p. 93-94).

As ideias e teorias de Campanella lhes custou perseguições, julgamento e prisão.

Francis Bacon (1561-1626), político e filósofo, escreveu várias obras, mas "*A nova Atlântida*" é considerada a mais importante, vez tratar de uma experiência em uma ilha por veleiros que iam para China e Japão e que corriam risco no mar. Na obra, Bacon mostra a natureza como uma forma de viver frente o avanço industrial. Para Bacon,

> En un sentido La nueva Atlántida sigue la línea de las utopías clásicas: la ficción de un Estado ideal en el cual son felices los ciudadanos debido a la perfecta organización social reinante; al menos, los males sociales se han reducido al límite mínimo (BACON, s/d, p. 2).

> Em certo sentido, A Nova Atlântida segue a linha das utopias clássicas: a ficção de um Estado ideal em que os cidadãos são felizes devido à perfeita organização social vigente; pelo menos, os males sociais foram reduzidos aos limites mínimos. (BACON, s/d, p. 2).

Thomás Hobbes (1588-1679), matemático, teórico político e filósofo, em a obra "*O Leviatã*", coloca sua visão de natureza humana, de governo, de sociedade forte, dizendo da necessidade de se ter governos e sociedades, e de como cada um deveria se comportar. Preocupa-se com a liberdade e a discute com ênfase em seu livro. Em carta ao amigo Sr. Francis De Godolphin, Hobbes escreve:

> Pois apertado entre aqueles que de um lado se batem por uma excessiva liberdade, e do outro por uma excessiva autoridade, é difícil passar sem ferimento por entre as lanças de ambos os lados. No entanto, creio que o esforço para aprimorar o poder civil não deverá ser pelo poder civil condenado, nem pode supor-se que os particulares, ao repreendê-lo, declarem julgar demasiado grande esse poder (HOBBES, s/d, p. 8-9).

Os renascentistas, descordando do modelo de sociedade anteriormente vivenciado, visualizavam e propunham uma sociedade sem problemas e utópica, sociedades democráticas e com cidadãos organizados e felizes. Alertavam diferentes governos sobre as diferentes situações que vislumbravam catastróficas. Procuraram desenvolver nas pessoas novas formas de viver a realidade, a política, o Estado e os acontecimentos sociais, com um novo olhar, diferente daquele da Idade Média, e assim, contribuíram para o surgimento do espírito capitalista, da ganância, com a ideia de propriedade particular, do meu e do seu em detrimento do nosso. Nessa direção, diz Costa:

> O Renascimento introduziu e desenvolveu o antropocentrismo, a laicidade, o individualismo e o racionalismo. Com relação à vida social, passou a concebê-la como uma realidade própria sobre a qual os homens atuam; percebeu-se também a existência de diferentes modelos – a República, a Monarquia – e passou-se a analisa-los e a defender um ou outro modelo. Conseguiu-se vislumbrar a oposição entre indivíduo e sociedade, entre vontade individual e regras sociais (COSTA, 1997, p. 30).

Adianta a autora que.

> O Renascimento correspondeu a uma primeira fase da sistematização do pensamento burguês, na medida em que procurava trazer de volta à Europa os valores laicos, o gosto pela vida e o racionalismo, e atribuía ao indivíduo valores pessoais que não provinham da sua origem (COSTA, 1997, p. 31).

Essas contribuições influenciaram novos pensadores no século XVIII, como veremos adiante.

4 I SÉCULO XVIII

Finalizado o período medieval e o renascimento, novos pensadores analisam a sociedade de forma mais realista, com obras tratando da política, economia e da sociedade, e alguns destes são Montesquieu, Hume, Locke e Adam Smith. De acordo com Lakatos (1982, p. 38-39),

> Montesquieu (1689-1755), ***O Espírito das Leis***, analisou o papel da lei e dos poderes políticos na sociedade; Hume (1711-1776), continuador do empirismo de Locke, escreveu ***Tratado sobre a Natureza Humana***; Adam Smith (1723-1790), ***A Riqueza das Nações***, relacionou suas análises econômicas com o conjunto da sociedade. É preciso ainda salientar o impacto das teorias do ***Contrato Social***, de Jean Jacques Rousseau (1712-1778), de decisiva influência na revolução democrática e, consequentemente, na história das instituições; sua primordial importância consiste na apresentação de uma teoria para fundamentar a legitimidade do poder político.

Vale destacar que esse período foi o pré-industrial, onde as "descobertas" dos novos mundos já haviam se concretizados e novas concepções de sociedade, Estado, governo e política se entrelaçavam. Destaquemos alguns desses pensadores:

Giambattista Vico (1668-1744), com "*A nova ciência*" (Scienza Nuova) defende a teoria de que "a sociedade se subordina a leis definidas, que podem ser descobertas pelo estudo e pela observação objetiva". Diz: "O mundo social é obra do homem" (OLIVEIRA, 1997, p. 9). Observa Joanilho (2004) que algumas das ciências "estavam dentro das criações humanas" como a matemática, a geometria, artes, literatura, história. Registra que a história para Vico

> [...] estaria acima da matemática por que ela precisa de uma faculdade que dá a dimensão da nossa humanidade, a imaginação: "O que está ao nosso alcance é abranger com a imaginação os motivos e intenções dos homens; compreender, ainda que imperfeitamente, por que os homens agem dessa ou daquela maneira. É, enfim, um conhecimento "através das causas" e, embora incompleto, superior à consciência de fora, que proporciona os dados de todas as ciências naturais" (JOANILHO, 2004, p. 76).

Vico parece indicar que o homem não conhece por completo quem ele é e a história lhe possibilitará esse conhecimento.

Montesquieu (1689-1755), ou seja, Charles-Louis de Secondat "analisou o papel

da lei e dos poderes políticos na sociedade” pela publicação de “*O Espírito das Leis*” (LAKATOS, 1982, p. 38). Observando a sociedade, adiantou:

> Assim que os homens estão em sociedade, perdem o sentimento de sua fraqueza; a igualdade que existia entre eles finda, e o estado de guerra começa.
>
> Cada sociedade particular começa a sentir sua força; o que produz um estado de guerra de nação a nação. Os particulares, em cada sociedade, começam a sentir sua força; procuram colocar a seu favor as principais vantagens desta sociedade; o que cria entre eles um estado de guerra.
>
> Estes dois tipos de estado de guerra fazem com que se estabeleçam leis entre os homens (MONTESQUIEU, 1996, p. 15)

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), afirmou em “*O contrato social*” que “[...] o homem nasce puro e a sociedade é que o corrompe” (OLIVEIRA, 1997, p. 9). Lakatos alerta do impacto dessa obra na sociedade e sua “decisiva influência na revolução democrática e, consequentemente, na história das instituições” (LAKATOS, 1982, p. 38), além de afirmar “que a base da sociedade estava no interesse comum pela vida social, no consentimento unânime dos homens em renunciar as suas vontades particulares em favor de toda a comunidade” (COSTA, 1997, p. 33).

Henri de Saint-Simon (1760-1825) documentou que se “dê a cada um de acordo com sua capacidade, e a cada um, de acordo com sua necessidade” (LAKATOS, 1982, p. 39). Defendem alguns autores ser Saint-Simon o fundador do socialismo. Será? As pesquisas indicam que Saint-Simon foi influenciado pelas ideias de Adam Smith, publicando o manifesto intitulado “*Declaração dos Princípios*”, defendendo a classe industrial como aquela apta a liderar a sociedade, mas mistura a classe trabalhadora junto a ela, o que não é possível, momento em que o continente europeu do século XVIII enfrentava conflitos e lutas de classes, além da revolução tecnológica que provocava o

> [...] desaparecimento dos antigos modo de vida, a migração maciça dos habitantes do campo para os centros industriais e urbanos. A burguesia se instala no poder, enquanto que, pouco a pouco, constitui-se o exército do proletariado industrial (PETITFILS, 1977, p. 51).

É nesse período que Saint-Simon, assim como outros pensadores, analisam a situação catastrófica europeia e traçam posições sobre a “edificação do mundo novo” que “deve começar agora” (PETITFILS, 1977, p. 51), nascendo assim o “socialismo utópico”, pacífico, mas ao mesmo tempo subversivo diante do “mundo desumano que o desenvolvimento anárquico do ‘capitalismo selvagem’ está na iminência de fazer surgir na Europa” (PETITFILS, 1977, p. 51).

5 I SÉCULO XIX – OS PRECURSORES E OS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA

Com o avanço da organização da burguesia e do capitalismo que dividia a sociedade

entre classes sociais distintas (proprietários dos meios de produção e proletários), surgiram pensadores como Saint-Simon, já apresentado, Joseph Proudhon e Auguste Comte que questionaram a sociedade da época, tornando-se os precursores da sociologia.

Auguste Comte, é considerado o pioneiro – pai – do termo sociologia por ter usado, em 1839, no Curso de Filosofia Positiva, a palavra sociologia. Naquele momento, diante dos problemas sociais, a sociologia – enquanto possível ciência – surge como resposta acadêmica aos desafios postos e aparentemente difíceis de serem explicados e resolvidos. De acordo com Tomazi,

> Auguste Comte desde cedo procura fazer uma reflexão sobre a sociedade de sua época. Toda a sua obra está permeada pelos acontecimentos que ocorreram na França pós-revolucionária [...], propôs uma completa reforma da sociedade em que vivia, através de uma reforma intelectual plena do homem. Ao se modificar a forma de pensamento dos homens, através dos métodos das ciências de seu tempo, que ele chamou de "filosofia positiva", consequentemente haveria uma reforma das instituições (TOMAZI, 1997, p. 4-5).

Também são considerados precursores Herbert Spencer e Gabriel Tarde. Destacamos, no entanto, que como clássicos da sociologia, foram os pensadores Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx que diante dos malefícios e explorações contra os trabalhadores deram vida às análises, posicionando-se e apresentando saídas teóricas e práticas.

Karl Marx (1818-1883) nasceu antes que Durkheim e Weber e é considerado um intelectual e revolucionário alemão. Foi um teórico social que investigou e descreveu sobre as questões sociais, políticas e econômicas observadas durante a formação do sistema capitalista, não se atendo única e exclusivamente às questões sociológicas.

Na teoria dos estudos, Marx buscou entender como ocorriam as relações entre o trabalho e a produção de bens materiais nos diferentes períodos da história, observando que o homem vive as relações sociais de acordo com as relações econômicas, sem autonomia, e por isso sua teoria tornou-se método: o materialismo histórico dialético, contribuindo para o desenvolvimento da sociologia que Durkheim vai se aprofundar. Sua contribuição ficou marcada em suas análises das relações sociais e nas constatações que "decorrem dos modos de produção (fator de transformação da sociedade)" (LAKATOS, 1982, p. 41). Ainda de acordo com Marx

> [...] a sociedade divide-se em infra-estrutura e supra-estrutura. A infra-estrutura é a estrutura econômica, formada das relações de produção e forças produtivas. A supra-estrutura divide-se em dois níveis: o primeiro, a estrutura jurídico-política, é formado pelas normas e leis que correspondem à sistematização das relações já existentes; o segundo, a estrutura ideológica (filosofia, arte, religião etc.), justificativa do real, é formado por um conjunto de ideias de determinada classe social que, através de sua ideologia, defende seus interesses (LAKATOS, 1982, p. 42).

Para Marx, não basta ter conhecimento da forma como a sociedade se divide, conhecimento da infra ou supra-estrutura ou da estrutura ideológica, jurídico ou política se nada fizer para mudar. Nesta direção, disse Tomazi (1997, p. 6) que para Marx e Engels "[...] o conhecimento científico da realidade só tem sentido quando visa à transformação dessa mesma realidade". E dessa forma Marx e Engels aprofundam a análise sobre a sociedade capitalista, pondo o conhecimento, a crítica e as análises a serviço das classes trabalhadoras.

Émile Durkheim (1858-1917) foi filósofo. Divulgou a sociologia enquanto ciência e realizou estudos dos fatos sociais: modo de vestir, língua, religião, sistema monetário, leis, ou seja, estudou, analisou e discutiu a sociedade de seu tempo, tendo a França e Alemanha como chão do estudo, procurando "definir o caráter científico da Sociologia" (TOMAZI, 1997, p. 9). Durkheim observa dois pontos interessantes: a) *consciência coletiva e* b) *solidariedade mecânica e orgânica* que vale aprofundamento em textos específicos para compreender o desenvolvimento da sociologia.

Max Weber (1864-1920) foi intelectual, jurista e economista. Investiu nos estudos para compreender as ações sociais na sociedade. Para Weber, "a Sociologia é o estudo das interações significativas de indivíduos que formam uma teia de relações sociais, sendo seu objetivo a compreensão da conduta social" (LAKATOS, 1982, p. 47). Destaca Tomazi (1997, p. 11) que para Weber a "Sociologia é a compreensão da ação dos indivíduos, atuando e vivenciando situações sociais com determinadas motivações e intenções". Observa Costa (1997, p. 71) que para Weber "a pesquisa histórica é essencial para a compreensão das sociedades. Essa pesquisa, baseada na coleta de documentos e no esforço interpretativo das fontes, permite o entendimento das diferenças sociais".

Com os precursores e os clássicos, as investigações dos fenômenos sociais ganharam caráter científico e a sociologia, enquanto ciência avançou nas investigações em compreender como a sociedade se organiza e como seus componentes se relacionam e interagem.

Enfim, não há como negar a importância do estudo da sociologia após tomar conhecimento de como ela surgiu e de sua importância para mudar a sociedade, sendo o local da análise, do questionamento e da discussão, esteja o acadêmico em um curso nas áreas das ciências humanas, biológicas, saúde, exatas ou sociais.

6 I A SOCIOLOGIA NAS GRADUAÇÕES

Como discutido, a sociologia contribui com a formação de qualquer ser humano, seja cidadão ou camponês, professor ou pesquisador. Possibilita terem um conhecimento sustentável sobre a sociedade que está inserido, contribuindo com os mais diferentes debates sociais e políticos. Na academia a pesquisa pode ocorrer de forma bibliográfica e de campo, com discussões e análises técnicas e metodologias, possibilitando que o

acadêmico, independente da graduação seja um pesquisador / cientista, perpassando todas as graduações.

Pelo exposto, a sociologia é uma Ciência Social por ser um "conjunto de conhecimentos obtidos através da investigação sistemática, objetiva e empírica" (MEGALE, 1989, p. 41) e, "para se chegar ao status de ciência, o conhecimento deve passar por etapas entre as quais a verificação ou confirmação dos resultados" (MEGALE, 1989, p. 42) investigados, pesquisados. Para que a investigação ocorra, é necessário pesquisas bibliográficas, de campo e leituras a respeito do objeto que pode resultar em teorias e estas são resultados de vários conhecimentos.

> [...] vários conhecimentos vinculados entre si, formando uma teoria que constantemente está sendo posta à prova. Segundo, esta teoria ou conjunto de conhecimentos foi gerado por investigação (estudo, pesquisa, busca de dados) sistemática, ou seja, criteriosa, metódica, dentro da lógica ou coerência. Terceiro, a investigação é objetiva, isto é, visa à verdade, retrata fielmente o objeto ou fenômeno estudado, sem opiniões pessoas dos pesquisadores e interferir nos resultados. Quarto, investigação empírica indica que o conhecimento é fruto de experiência, de tentativas de repetir o fenômeno, para se assegurar, com certeza, de seus resultados (MEGALE, 1989, p. 42).

Descreveu Costa (1997, p. 11), "a sociologia é uma ciência que se define não por seu objeto de estudo, mas por sua abordagem, isto é, pela forma como pesquisa, analisa e interpreta os fenômenos sociais". Quando o estudo estiver voltado às sociedades primitivas, a ciência que dela se preocupa e a Etnologia que, por sinal, é muito próximo da sociologia.

A sociologia é resultado dos acontecimentos sociais e econômicos do mundo moderno: Revolução Industrial e Francesa no século XVIII; problemas de saúde e moradia; revolta dos trabalhadores; confrontos entre trabalhadores e burguesia; exploração dos trabalhadores na Inglaterra, França e Alemanha nos séculos XVIII e XIX; trabalho de mulheres e crianças em até 20 horas por dia.

Marx descreve uma situação observada no início de 1866 que traduz o que ocorria no início da formação do sistema capitalista e que levou ao surgimento da sociologia. Diz ele que,

> Durante os últimos 5-6 anos ele [o trabalho] foi sendo aumentado para 14, 18 e 20 horas e quando a afluência de viajantes é particularmente intensa, como no período dos trens de excursões, estendia-se muitas vezes a 40 ou 50 horas sem interrupção (MARX, 1988, p. 194).

Aquela situação de exploração do operariado a partir do trabalho, acrescido das condições sociais, econômicas e políticas provocou Marx Engels a estudar como os burgueses e proletariados viviam. O estudo da ciência sociologia nos mais diferentes cursos aprofunda as discussões e preocupações dos pensadores, contribuindo com a formação acadêmica.

7 | A SOCIOLOGIA NO BRASIL

No Brasil, a sociologia aparece introduzida no sistema escolar, nos currículos dos cursos secundários entre 1925 e 1928 sobre orientação positivista realizando análises “objetivas” da realidade para então compreendê-la.

Houve tentativas de inserção da sociologia em décadas anteriores, mas somente na década de 1920 é que a mesma adentrou o sistema educacional e, na década de 1930, adentra o ensino superior.

Naquela década surgem intelectuais que expõe a sociologia como Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Hollanda (COSTA, 1997), contribuindo para seu avanço nas décadas posteriores.

A década de 1940, marcada pela segunda guerra mundial, milhões de judeus são dizimados pelas atrocidades da guerra e o mundo é dividido entre duas “superpotências”: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS). Ocorre o avanço do capitalismo industrial, lutas de classes, esquartejamento das terras do Brasil e saída de grandes contingentes de populações rurais em direção às cidades – êxodo rural – devido as nascentes indústrias. Esses acontecimentos provocam o pensamento sociológico a compreender e explicar o que essas mudanças e conflitos sociais entre as classes significavam e em que interferiam nas relações e inter-relações da sociedade brasileira.

Os estudos e preocupações continuam com Florestan Fernandes a partir da década de 1950, que além da reflexão teórica, realiza “estudo das relações sociais e da estrutura de classes da sociedade brasileira”, assim como buscava compreender “o capitalismo dependente e o papel do intelectual” (COSTA, 1997, p. 180), ou seja, aliava a teoria à prática dos acontecimentos, crises sociais e econômicas que ocorriam no Brasil.

A década de 1960 foi marcada pelo golpe militar, perseguições, desaparecimentos e assassinatos que adentraram a década de 1970. O Brasil vivenciou o aumento das desigualdades sociais, opressão, industrialização, inflação, endividamento, desenvolvimento do capitalismo industrial, avanço das ciências sociais questionando aquele modelo e aquela estrutura social e política.

Em 1968, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) implanta a ditadura, consuma as perseguições aos sociólogos, pesquisadores e estudantes, silenciando a sociologia até 1984 quando o regime se finda e a “redemocratização” possibilita a reabertura política, o repensar a Universidade, as ciências sociais e retorna as disciplinas de sociologia e filosofia, voltando a serem questionadas no governo Jair Messias Bolsonaro, de formação militar, 2018-2022.

8 | A SOCIOLOGIA DIANTE DA FOME E DO DESEMPREGO

Esse estudo está sendo finalizado em 2022, momento em que o mundo vive catástrofes sem precedentes: pandemia e guerra na Ucrânia e a sociologia não pode ficar

alheia às situações desumanas. Ao mesmo tempo poucos indivíduos concentram a riqueza em formas de terra, indústrias e em espécie.

Milhares de seres humanos vivem nas ruas em um mundo submundo e desumano, alimentando-se de restos de comidas descartadas pela classe rica, média ou pobre, recolhidas nas lixeiras das ruas ou lixões, comidas azedas, vencidas, estragadas, podres e com bichos. Disputam os “restos” com cachorros, urubus, pombos, gatos, ratos, lagartos, gambas, formigas, baratas...

O capitalismo/capitalista é selvagem, desumano, malvado, cruel. Defender o capitalismo, a concentração da riqueza, concentração das terras, fábricas, indústrias, bancos e comércios, não percebe o quanto o sistema é selvagem e sem perceber age seguindo a mesma linha de raciocínio do dominador, do explorador e do capitalista selvagem.

Provocações. Por que poucas pessoas detêm milhões de reais ou dólares em aplicações financeiras ou concentrações de terras, quando milhões de seres humanos estão subnutridos, morrendo por falta de alimentos e perambulando pelas ruas das cidades e metrópoles, à espera de campanhas filantrópicas? É normal, moral e ético? A não concentração oportunizaria milhões a não morrerem de fome. A distribuição da riqueza e dos bens tornaria o mundo mais humanitário e evitaria conflitos de classes.

Essa discussão, análise e reflexão é necessária em sociologia, que além do estudo teórico sobre os pensadores, analisa-se como vivem os integrantes de uma determinada sociedade, a fome, a falta de moradia, o desemprego, o baixo salário mínimo, a inflação, a concentração de terras, indústrias, fábricas, comércios e bancos, assim como os altos lucros de seus detentores e controladores.

9 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a importância do estudo da Sociologia foi a finalidade desse capítulo. Compreender a história e suas interfaces é necessário para entender como vivem os componentes de uma determinada sociedade, e compreender o quanto os homens agem e vivem como animais, às vezes de forma irracionais, a exemplo de parte minoritária da sociedade defender o uso de armas ou armar-se para “autodefesa” como se a arma fosse pré-requisito de segurança.

Estudar a sociologia é importante na formação do acadêmico por possibilitar conhecimento sobre a sociedade, contribuindo com os mais diferentes debates sociais e políticos por meio da interação e participação social.

Para o feito, perpassou-se diferentes períodos da história e da ciência, desde a sociedade primitiva, contribuindo para analisar as diferentes sociedades, as classes sociais, as organizações políticas e econômicas e suas formas de pensar e agir.

Enfim, buscou-se conhecer os protagonistas da sociologia, como Comte,

Marx, Weber, Durkheim, entre outros, observando que suas contribuições enriquece o conhecimento, aperfeiçoa a pesquisa e as ações sociais, e oxalá que contribua para uma sociedade justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

BACON, Francis. **La nueva Atlándida**. Edición: eBooket. www.eBooket.net. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bk000146.pdf. Acesso em: 07 jul 2022.

CAMPANELLA, Tommaso. **A cidade do sol**. Versão para eBook – eBooksBrasil.com. Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cidadesol.pdf. Acesso em: 07 jul 2022.

CHAVES, Lázaro Curvêlo. **O surgimento da sociologia e o socialismo**. Disponível em: http://www.culturabrasil.org/oquee.htm. Extraído em 01 mar 2007.

COSTA, Cristina. Sociologia – **Introdução à ciência da sociedade**. 2ª ed., São Paulo: Moderna, 1997.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf. Acesso em: 07 jul 2022.

JOANILHO, André Luiz. Vico: o tempo e a história. **Mediações** – Revista de Ciências Sociais. Vol. 9 – Nº 2 / 2004, p. 67-84. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9025. Acesso em: 06 jul 2022.

LAKATOS, Eva Maria. **Sociologia geral**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1982.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. BARBOSA, R.; KOTHE, F,R. (Tradutores). 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988 – Os economistas.

MEGALE, Januário Francisco. **Introdução às ciências sociais** – roteiro de estudos. São Paulo: Atlas, 1989.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. **O espírito das leis**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2963710/mod_resource/content/0/Montesquieu-O-espirito-das-leis_completo.pdf. Acesso em: 07 jul 2022.

MORUS, Thomas. **Utopia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/260-Utopia.pdf. Acesso em: 06 jul 2022.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. 17ª ed., São Paulo: Ática, 1997.

PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialismos utópicos** – Les socialismes utopiques. Presses Universitaires de France, 1977. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/socreligioes/pages/arquivos/Sociologia%20I/SIMON%252c%20Saint%20-%20Socialismo%20Ut%C3%B3pico.pdf. Acesso em: 07 de jul 2022.

PLATÃO. **O mito da caverna**. São Paulo: Camelot Editora, 2022.

SOARES, Leonardo Melin; GARCEZ, Tamiris Farias; SILVA, Cesar Gomes da. **Sociedade e cotidiano na Idade Média Central (IX – XII)**. Disponível em: https://servicos.unitoledo.br/repositorio/bitstream/7574/1913/3/SOCIEDADE%20E%20COTIDIANO%20NA%20IDADE%20M%C3%89DIA%20CENTRAL%20-%20LEONARDOMELIN%20SOARES%20E%20TAMIRIS%20FARIAS%20GARCEZ.pdf. Acesso em: 08 jul 2022.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia da educação**. São Paulo: Atual, 1997.

CAPÍTULO 6

NOVAS TECNOLOGIAS E DESAFIOS À DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO: COMO A EXCLUSÃO DIGITAL AFETA OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL

Data de aceite: 01/09/2022
Data de submissão: 08/08/2022

Isabelle Vieira Barros
Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de Direito
Governador Valadares - Minas Gerais
http://lattes.cnpq.br/0182220927106620

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar os desafios e consequências relativas à exclusão digital enfrentada pelos catadores de materiais recicláveis no Brasil e em que medida as Tecnologias de Informação e Comunicação atuam nesse cenário. A pesquisa qualitativa bibliográfica pautou-se em estudos nas áreas de Economia Solidária, Direito Ambiental e Direito de Internet, abordando as correlações existentes entre a exclusão digital e as divisões sociais e econômicas latentes que impactam o acesso de um grupo social que se encontra marginalizado e socialmente invisibilizado. Em conclusão, buscou-se identificar a atuação mútua do Estado e da sociedade civil frente à elaboração e uso de ferramentas que possibilitem a minoração das condições de trabalho e renda dos catadores.
PALAVRAS-CHAVE: Exclusão digital. Economia Solidária. Cataki.

NEW TECHNOLOGIES AND CHALLENGES TO THE DEMOCRATIZATION OF ACCESS: HOW THE DIGITAL EXCLUSION AFFECTS COLLECTORS OF RECYCLABLE MATERIALS IN BRAZIL

ABSTRACT: This article aims to analyze the challenges and consequences related to the digital divide faced by collectors of recyclable materials in Brazil and to what extent Information and Communication Technologies act in this scenario. The qualitative bibliographic research was based on studies in the areas of Solidarity Economy, Environmental Law and Internet Law, approaching the existing correlations between digital exclusion and the latent social and economic divisions that impact the access of a social group that is marginalized and socially invisible. In conclusion, we sought to identify the mutual action of the State and civil society in the development and use of tools that make it possible to reduce the working conditions and income of collectors.
KEYWORDS: Digital exclusion. Solidarity economy. Cataki.

1 I INTRODUÇÃO

O acesso à informação segura, propulsora do livre intercâmbio de ideias e da construção coletiva da informação, é um direito fundamental contemplado pela Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), de 10 de dezembro de 1948, em seu artigo XIX, e assegurado pela Constituição Federal (CF) de

1988, em seu artigo 5º, XIV, com o intuito de viabilizar o exercício da expressão e opinião individual e a participação cidadã em contextos político-sociais. Nesse sentido, vislumbra-se fomentar a participação política democrática, pois a participação não se restringe apenas à dimensão eleitoral, mas também a práticas que influenciam a ação do governo ao atingir a formulação e a implementação de políticas públicas, promovendo o livre exercício da cidadania no que tange à livre produção, divulgação e circulação de informações. Participar é, efetivamente, comunicar e, nesse contexto, as tecnologias de informação e comunicação (TIC) são mecanismos com um panorama favorável à viabilização do acesso à informação, à comunicação e à interação, ou seja, com potencial de favorecer a democracia e a e-Participação[1] em qualquer âmbito governamental.

Por outro lado, observa-se que, devido a condições sociais, econômicas, demográficas, culturais e psicológicas, uma parcela considerável da população não tem acesso a essas ferramentas, ficando alheias a mecanismos que, de outra forma, viabilizaram o exercício de direitos fundamentais essenciais à participação do cidadão em contextos democráticos. Conforme dados da TIC Domicílios (2019), 28% da população brasileira não tem acesso à internet em casa, com esse percentual chegando a 50% nas famílias inseridas nas classes DE. O principal fator mencionado para a falta de acesso à internet em casa diz respeito ao custo (59%), com esse índice chegando a 65% em famílias cuja renda familiar é de até 1 salário mínimo. Ao analisar esses dados é possível, portanto, indagar: num contexto no qual as TIC revolucionaram as formas e mecanismos de comunicação e de acesso à informação, qual a posição ocupada por aqueles que, devido aos fatores citados, fazem parte da considerável parcela populacional que está excluída digitalmente?

Esse trabalho adotou como panorama os catadores de materiais recicláveis no Brasil, levando em consideração a precarização inerente ao trabalho de catação e a marginalização social e econômica enfrentada por essa parcela social. Nesse sentido, serão abordados os entraves relacionados ao acesso e ao alcance dos provedores de aplicação que são voltados a esse público. Um primeiro desafio refere-se à dificuldade de atingir essa parcela social que se encontra, majoritariamente, *offline*, tendo em vista que a catação, por ser uma atividade de baixo custo realizada por pessoas, em sua maioria, desempregados e com baixa escolaridade, que se esforçam para atingir uma renda que permita minimamente suprir suas necessidades, torna-os vulneráveis a integrar o grupo daqueles que estão excluídos digitalmente.

2 | CORRELAÇÕES ENTRE A EXCLUSÃO DIGITAL E A EXCLUSÃO SOCIAL

As tecnologias de informação e comunicação são ferramentas que, ao fornecerem novas formas de comunicação, interação e acesso à informação, constituem-se enquanto

1 A e-Participação refere-se às ‘‘interações, mediadas pelas tecnologias digitais, entre a esfera da sociedade civil e a esfera política formal, e entre a sociedade civil e a administração pública, visando a influência dos cidadãos – individualmente ou de forma coletiva – nos resultados das decisões públicas’’. (CGI.br; NIC.br, 2018, p.2)

vias possíveis de concretização de direitos fundamentais, pois possibilitam o exercício da expressão e opinião individual e coletiva, bem como o engajamento e participação em discussões político-sociais, potencializando, em termos de alcance e tempo alocado, alternativas de contato tanto entre os cidadãos, quanto entre esses e o governo. Contudo, apesar de tais mecanismos serem potencialmente favoráveis ao equilíbrio da participação política ao incluírem o acesso a grupos e setores da sociedade que, nas palavras de König-Reis (2018), em contribuição ao *Panorama Setorial da Internet*, do CGI.br, encontram-se ‘’comumente sub-representados nos espaços tradicionais de decisão e participação’’, uma parcela considerável da população encontra-se excluída digitalmente.

A exclusão digital refere-se às diferenças entre aqueles que, por “motivos técnicos, políticos, sociais ou econômicos, têm acesso e capacidades para usar as TIC/Internet e aqueles que não têm” (KURBALIJA, 2016). A exclusão digital não é um fenômeno independente, pois está ligada às desigualdades socioeconômicas existentes nas áreas da educação, moradia, capital, emprego e gênero. Conforme os dados apontados pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), em pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros (2018), a porcentagem de indivíduos pertencentes a classe DE que nunca utilizaram a internet chega a 41%, com esse índice atingindo 83% da população analfabeta/educação infantil.

Em estudos sobre a participação cidadã na era digital, o Comitê Gestor da Internet (CGI.br) e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), expôs o debate em relação ao potencial das TIC à e-Participação, no sentido de que se, por uma lado, defende-se que a disponibilidade desses canais de comunicação aumentariam e facilitariam o engajamento e participação política daqueles que, de outro modo, estariam excluídos e alheios às discussões político-sociais, por outro argumenta-se que esses mecanismos apenas facilitariam a participação daqueles que, tradicionalmente, já se encontram engajados politicamente. Essa primeira perspectiva é denominada *mobilization thesis*, enquanto a segunda perspectiva é denominada *reinforcement thesis*.

> A primeira assume que a Internet informaria, organizaria e envolveria cidadãos que estão atualmente inativos e marginalizados do sistema político existente, enquanto que a segunda postula que os recursos on-line seriam utilizados principalmente para a participação política por aqueles que já estão ativos e bem conectados por meio de vias tradicionais. (CGI.br; NIC.br, 2018, p.2)

Ao se constatar que uma parcela considerável da população integra o cenário da exclusão digital, é preciso considerar que, ao impedir que determinados grupos não tenham acesso a esse espaço de participação na arena política e a essas ferramentas de comunicação, interação e informação, pode ocorrer uma falsa percepção da realidade, tanto no concernente às opiniões quanto no concernente às necessidades da população. Nesse contexto, a exclusão digital não é um fenômeno independente. Conforme abordado

por Kurbalija (2016), o seu aspecto sociocultural inclui uma série de questões, como a alfabetização, habilidades de TIC, qualificação, educação e proteção de idiomas, de modo que a consolidação de uma infraestrutura de comunicação torna-se insuficiente na medida em que é preciso possuir os meios (dispositivos) e o conhecimento (alfabetização de TIC) para acessar a Internet e se beneficiar dela.

Nesse sentido, a *Opportunity Task Force* (*DOT Force*), do G8, em relatório e pesquisa para identificar maneiras pelas quais a revolução digital pode beneficiar os países em desenvolvimento, apontou que as Tecnologias de Informação e Comunicação só conseguirão atingir o seu potencial máximo a partir de uma estratégia, a nível nacional, composta por uma consideração dinâmica entre infraestrutura, capital humano, políticas públicas, empreendimentos e desenvolvimento de conteúdo.

> Esse ''fosso digital'' é, de fato, um reflexo da existência de questões socioeconômicos mais amplos existentes e pode ser caracterizado por uma infraestrutura insuficiente, alto custo de acesso, regimes políticos fracos ou inadequados, ineficiência no fornecimento de redes e serviços de telecomunicação, e capacidade desigual para obter benefícios econômicos e sociais de atividades informacionais intensivas. (DOT Force, 2001)

2.1 Os catadores de materiais recicláveis

Conforme abordado por Antunes (2021), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei 12305/2010, reconhece em seu artigo 6º, VIII, o resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, que gera trabalho e renda e é promotor da cidadania, e abrange, como conteúdo mínimo, além de metas para a eliminação e recuperação de lixões, a inclusão social e a emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Diante disso, a PNRS dispõe como fundamental o trabalho dos catadores para o adequado manejo dos resíduos sólidos, já que, ao recolher o material descartado, os catadores possibilitam o reaproveitamento desse material no processo produtivo. A mercadoria que, antes, seria consumida e descartada, torna-se matéria-prima para a produção de uma nova mercadoria, sendo re-inserida no ciclo produtivo. Conforme apontado por Bosi (2008), a consolidação do setor de reciclagem teve como base de sustentação o trabalho dos próprios catadores, tendo em vista o baixo custo de sua força de trabalho para o recolhimento e seleção dos materiais recicláveis:

> A reciclagem no Brasil só tornou-se possível em grande escala quando o recolhimento e a separação dos resíduos se mostraram uma tarefa viável e de baixo custo, isto é, realizável por trabalhadores cuja remuneração compensasse investimentos de tecnologia para o surgimento do setor de produção de material reciclado. (BOSI, 2008, p. 104)

A atividade exercida pelos catadores é, portanto, viável ao setor de produção de materiais recicláveis ao determinar que, independentemente da organização desse tipo de trabalho, a taxa de lucro deveria competir com preços determinados pelo mercado. Logo,

‘’estes fatores garantiram, em grande parte, o crescimento do setor de reciclagem de modo a tornar os preços dos materiais reciclados cada vez mais próximos dos materiais não reciclados’’. Conforme relato do autor, ao considerar o catador e o seu carrinho, poucos conseguem atingir ou superar o salário mínimo e, quando isso ocorre, deve-se a condições extenuantes de jornada de trabalho e com uma clientela definida. Nesse sentido, Bosi argumenta que a precarização do trabalho dos catadores está ligada ao modo como a cadeia produtiva da reciclagem é estruturada, sendo ‘‘uma cadeia produtiva complexa e estruturada que garante a extração do trabalho dos catadores a preços baixíssimos’’.

Em pesquisa de campo realizada no município de Viçosa, no qual foram entrevistados 37 catadores das associações Acamare (Associação dos trabalhadores da Usina de Triagem e Reciclagem de Viçosa) e Acat (Associação dos Catadores de Material Reciclável de Viçosa), Alcântara (2011) constatou que 93% dos entrevistados não ganhavam ao menos 1 salário mínimo, de modo que o principal motivo relatado para estarem exercendo a atividade de catador referia-se à “falta de escolha”, por “ausência de emprego” ou “por necessidade” (50,6%). Foi apontado, ainda, como fator de dificuldade ao aumento de renda, o tempo despendido com a separação do material, o que poderia ser amenizado se as pessoas já separassem o material em casa. Alguns catadores relataram que, apesar do preço pago pela associação aos materiais reciclados serem mais altos, entregá-los ao atravessador é mais fácil, pois o preço pago pela associação também envolve a separação e a fardagem do material. A autora argumenta, ainda, que os catadores, de fato, acabam contribuindo para a limpeza urbana, realizando parte do trabalho cuja responsabilidade é municipal, e ‘‘não recebem uma contraprestação pelo serviço prestado’’, mesmo considerando-se o caso de associações que possuem *utilidade pública* (Lei Municipal 1.983/2009 e 1.867/2008) e, por isso, recebem um apoio público para a manutenção de suas atividades.

A questão da participação do catador na limpeza urbana sem, com isso, receber uma contraprestação pelo serviço prestado, também é uma preocupação abordada por Luz (2019) ao argumentar que, mesmo sem se dar conta, o catador torna-se co-partícipe do processo de limpeza urbana e do processo de produção capitalista e não é reconhecido ‘‘nem como empregado do Estado nem do capital. Ou seja, eles se encontram em espécie de limbo’’. A autora aponta, ainda, que os catadores, em busca de melhores condições de trabalho e ante à falta de visibilidade frente ao Estado, ‘‘submetem-se’’ às cooperativas de reciclagem de modo que, o que se entende por ‘‘informal ou ilegal, foi legalizado através da criação de cooperativas’’.

Acontece que, conforme pontuado por Alcântara (2014), durante um bom tempo as cooperativas foram vistas a partir da premissa de que elas são ou tendem a ser uma fraude, no sentido de que se sustentam ‘‘em uma estrutura que rompe ou torna subsidiário o vínculo empregatício’’ e ‘‘possibilitam a expansão da terceirização que fragiliza a condição do trabalhador, responsabilizando-o pelos riscos da prestação laboral e destruindo a perspectiva de estabilidade e direitos trabalhistas’’, diante disso é preciso delimitar

que vínculo associativo é diferente de vínculo assalariado e que, para além do formato de cooperativa, é preciso adotar, para ser considerado empreendimento de Economia Solidária, seu conteúdo e princípios, portanto, fraudes não fazem parte desta categoria - mesmo sendo possível visualizar que existem muitas modificações desses princípios para promover fraudes ou na tentativa de inserção no mercado de trabalho. Diante disso, a ES e, com isso, o cooperativismo surgem enquanto alternativa para atender a necessidade de geração de renda. Por Economia Solidária, entende-se:

> O conjunto de práticas cooperativas, com solidarização de capital e com organização autogestionária, de caráter produtivo, prestação de serviços, consumo, habitação ou ramo agropecuário, com ou sem registro formal, podendo adotar formas como mutirão, associação, cooperativa, grupo de produtores informais e outros. (ALCÂNTARA, 2013)

Em decorrência da falta de estrutura pública de muitas cidades brasileiras e da situação de precarização e invisibilidade dos catadores de materiais recicláveis, novas tecnologias, decorrentes da revolução 4.0, permitiram o surgimento de ações, de caráter participativo, que permitiram inovações, em se tratando de tecnologias com potencial de impactos sociais, ao associativismo, à cooperação e ao voluntariado, propondo a aproximação entre consumidores e catadores a medida em que trazem visibilidade social a essa categoria e propõe uma ressignificação do que se entende por ‘‘lixo’’. O desafio, como relatado, é significante, pois trata-se de um público que se encontra, em sua grande maioria, *offline*, além da dificuldade de se saber se quem está sendo cadastrado nos aplicativos são os catadores ou os atravessadores.

2.2 Desafios relacionados às plataformas de acesso e de aplicação à visibilidade social dos catadores

O Provedor de Aplicação de Internet é um termo referente a ‘‘qualquer empresa, organização ou pessoa natural que, de forma profissional ou amadora, forneça um conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet’’(CEROY, 2015, p.2), independentemente se seus objetivos são econômicos ou não. Constituem-se, portanto, em consonância com os provedores de acesso, enquanto parte fundamental da estrutura pela qual os usuários conseguem acessar os conteúdos disponibilizados na rede. No contexto das TIC, são mecanismos que possibilitam ao usuário ter acesso a serviços e conteúdos em diversos contextos, fazendo parte das alternativas potencializadoras da comunicação, interação e informação.

Dentre essas novas tecnologias, o aplicativo de celular Cataki, lançado em 2017, atua na gestão de catadores e geradores, com o objetivo de facilitar o descarte, aumentando a reciclagem e renda dos catadores, além de trazer visibilidade ao trabalho desses. De acordo com a descrição do aplicativo, “o Cataki é um experimento aberto e otimista (...), uma ferramenta política”, que luta, antes de tudo, “por trabalho digno”. Esse aplicativo faz parte do movimento Pimp My Carroça, que busca o reconhecimento dos catadores de

materiais recicláveis por meio do ativismo artístico. O aplicativo, em questão, intenciona suprir a demanda daqueles geradores que querem reciclar mas não encontram alternativas. Funciona, assim, como um canal de comunicação entre geradores e catadores, atentando-se para o papel daqueles como agentes constituintes da cadeia produtiva da reciclagem. Nesse sentido, o projeto pode contribuir à minoração da precarização do trabalho do catador ao aproximar esse elo da cadeia produtiva; conforme apontado por Bosi (2008), no que se refere ao trabalho do catador, a produção também depende "de um bom relacionamento com moradores das cidades, do conhecimento dos pontos mais promissores para a cata e de se anteciparem aos seus próprios pares e ao caminhão do lixo."

No entanto, além da dificuldade de conseguir a adesão de um público, em grande parte, *offline,* há o questionamento se quem está cadastrado na plataforma são os catadores ou os atravessadores, tendo em vista ser um aplicativo aberto que permite, inclusive, que os catadores ou cooperativas sejam cadastrados por pessoas próximas. A título de exemplificação, em relação à dificuldade de acesso às plataformas digitais pelos catadores, o Projeto de Extensão: Formação e sensibilização para organização coletiva de catadores avulsos em Governador Valadares - MG[2], da UFJF, em pesquisa para mapeamento dos catadores avulsos na cidade de Governador Valadares, coletou dados de 13 catadores de materiais recicláveis, nos períodos de julho a agosto de 2019, de modo que, conforme as respostas ao questionário, constatou-se que apenas 3 catadores tinham acesso a telefone celular - sendo que, dentre esses, 1 não tinha acesso à internet - e apenas 1 afirmou ter conhecimento do aplicativo Cataki.

Outra questão, relativa aos problemas visualizados nos aplicativos voltados a esse público, refere-se à remuneração auferida pelos catadores na busca do material uma vez que, conforme abordado por Luz (2019), "a partir do momento que o cliente chama o catador através do aplicativo muitos ainda não remuneram o catador pela coleta, como se o seu resíduo fosse uma doação ou favor ao catador".

Atualmente, o Cataki conta com 1400 catadores cadastrados. Em entrevista concedida à revista Galileu, em 2019, Henrique Ruiz, coordenador da ferramenta, abordou que o aplicativo pretende se aperfeiçoar mediante um "projeto de gamificação" na qual a procura pelo catador poderá somar pontos para o gerador, que poderá usá-los para, por exemplo, lojas de varejo, e existe também a proposta de inserir um assistente pessoal que possa prestar auxílio ao catadores e cooperativas cadastradas em assuntos jurídicos ou bancários. A partir de tais aspectos, cabe indagar: até que ponto o Cataki conseguirá se manter em prol da visibilidade social dos catadores, da ressignificação do que se entende por ''lixo''? Será que há a possibilidade do aplicativo aderir ao processo de Uberização?

---

2 A Formação e sensibilização para organização coletiva de catadores avulsos em Governador Valadares - MG, foi criada como Projeto de Extensão da UFJF, campus *Governador Valadares,* atuando nos períodos julho de 2019 até março de 2020, como objetivo de, dentre outros, criar condições para que os catadores avulsos possam ser beneficiários das oficinas de formação em Economia Solidária e da assessoria jurídica fornecida aos grupos formais.

2.3 Os princípios do direito ambiental e a questão dos catadores

É evidente que a discussão a respeito da exclusão digital, concomitante com a social dos catadores de material reciclável, é um tema que deve ser abordado no Direito Ambiental, haja vista que a não valorização desta profissão, bem como a dificuldade de comunicação com eles acaba por refletir no meio ambiente social, afetando diretamente a qualidade de vida de todos, considerando a importância dos catadores para a própria cadeia produtiva.

A exclusão dos catadores acaba por impactar diversos princípios de direito ambiental. O primeiro deles é o intitulado princípio da sadia qualidade de vida, que afirma que proteger o meio ambiente é garantir a saúde de forma preventiva, dependendo essa de um equilíbrio ambiental, reforçando então a teoria da indivisibilidade dos direitos ambientais. Tendo em vista tal conceituação, à medida em que não é valorizado o ofício dos catadores, não fornecendo a eles condições dignas de trabalho, colabora-se para prevalência dos lixões onde fica claro o prejuízo a qualidade de vida e evidentes as consequências dessa forma de depósito de rejeitos.

Outro princípio que acaba sendo violado, em decorrência da invisibilização dos catadores, é o princípio do Direito Humano, referente ao fato de que as questões ambientais não são de interesse apenas local, não condicionadas às fronteiras de um país, sendo então de responsabilidade geral. Logo, o Estado ao não conceder condições mínimas a esses trabalhadores, bem como não provendo meios para o seu acesso às Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs), acaba por violar esse princípio, afinal é dever do Poder Público prover meios para o cumprimento da gestão integrada e do gerenciamento dos resíduos sólidos, merecendo destaque o art. 3º, XVI, da PNRS, a qual conceitua a gestão integrada como o ‘‘conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável’’.

3 I CONCLUSÃO

Por fim, pode-se abordar que a exclusão digital não é um fenômeno independente das desigualdades socioeconômicas presentes e pode ser caracterizada por questões como uma infraestrutura deficiente, alto custo de acesso, políticas públicas inadequadas, dificuldades à provisão de redes de telecomunicação e serviços, além de aspectos na área da educação como a alfabetização e habilidades em relação às Tecnologias de Informação e Comunicação. Como argumentado, as TIC são ferramentas importantes à concretização de direitos fundamentais, sendo meios, para além do acesso e à troca de informações, que possibilitam o envolvimento dos cidadãos em processos de tomada de decisão; acontece que essas ferramentas não possibilitarão ganhos democráticos enquanto uma parcela considerável da população encontrar-se excluída digitalmente. Nesse caso, a

disponibilização de uma infraestrutura de acesso à rede torna-se insuficiente à medida em que as pessoas não tenham os meios para acessá-la e nem o conhecimento necessário para acessar a rede e se beneficiar dela.

Os catadores de materiais recicláveis não se encontram fora dessa margem, tendo em vista a situação de marginalização e invisibilidade social na qual se encontram. O Cataki, apesar de propor uma ferramenta para a visibilidade social dos catadores, acaba tendo que lidar diretamente com a dificuldade de atingir esse público, público esse que não tem acesso nem aos meios e nem ao conhecimento para acessar as plataformas digitais. Enquanto a desigualdade socioeconômica e os aspectos socioculturais de enfrentamento à exclusão social ainda forem latentes, as TIC não conseguirão propiciar um ambiente democrático de participação e de concretização de direitos, e demonstrarão, por fim, que a exclusão digital pode propiciar uma falsa percepção de realidade, de opiniões e de necessidades.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. **Economia solidária: projetos e práticas**. Londrina, SEMINA- Ciências Sociais e Humanas, v. 34, n. 1, 2013.

______. **O cooperativismo segundo o direito e a sociologia do trabalho**. Salvador, O&S - Organizações e Sociedade, v. 21, n. 68, 2014.

______. **Precarização do trabalho e alternativas de renda**. Colômbia, *Revista Cooperativismo e Desarrollo*, volume 19, n 98, 2011.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2021.

BOSI, A. P. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 20 jun. 2020

CATAKI. Disponível em: <http://www.cataki.org/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

CEROY, F. M. **Os conceitos de provedores no Marco Civil da Internet**. Porto Alegre: RED&TI, 2015. ISSN 2447 1097.

CGI.br; NIC.br. Participação cidadã na era digital: e-Participação. **Panorama Setorial da Internet**, São Paulo, v. 9, n.3, jan 2018. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/publicacao/ano-ix-n-3-participacao-cidada-na-era-digital-e-participacao/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC domicílios 2019**. CGI.br, 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/> Acesso em 20 dez. 2021.

G8 Research Group at the University of Toronto. Digital Opportunities for All: Meeting the Challenge. **Report of the Digital Opportunity Task Force (DOT Force) including a proposal for a Genoa Plan of Action**, Toronto, 11 maio 2001. Disponível em: <http://www.g7.utoronto.ca/summit/2001genoa/dotforce1.html>. Acesso em 17 dez. 2021.

KURBALIJA, Jovan. **Uma introdução à governança da internet**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016.

LUZ, L. L. A metamorfose social das catadoras de luxo: miragem em um oásis de lixo ou realidade possível. In: SEMOC - Semana de Mobilização Científica, 22., 2019, Salvador. **Anais eletrônicos**... Salvador: EDUCSAL, 2019. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1357>. Acesso em 20 dez. 2021.

OLIVEIRA, Fabiano Melo Gonçalves. **Direito Ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Método, 2017.

RUIZ, Henrique. Cataki: app conecta catadores de resíduos recicláveis até você. **Revista Galileu**: 3 jan 2019. Entrevista concedida a Nathalia Fabro. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/01/cataki-app-conecta-catadores-de-residuos-reciclaveis-ate-voce.html>. Acesso em 20 dez. 2021.

RODRIGUEZ, Marcelo Abelha. **Direito Ambiental Esquematizado**. São Paulo: Saraiva 2021.

SOBRE OS ORGANIZADORES

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO – Pós-Doutor em Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - Portugal (PFCE/UC, 2014-2016). Pós-Doutor em Formação Docente, Identidade e Gênero pelo Instituto Politênico da Escola Superior de Educação de Coimbra - Portugal (ESEC, 2017-2021). Doutor em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia - pela UNIVATES, 2018/2022). Doutor em Ciências da Religião (Religião, Sociedade e Cultura/Movimentos Sociais - pela PUC-Goiás, 2010-2014). Doutorando em Educação (Estudos Culturais - pela ULBRA, 2020-). Possui Mestrado Profissional em Teologia - Educação Comunitária, Infância e Juventude (EST/UFRGS, 2008-2009) e Mestrado Acadêmico em Ciências da Educação (UEP, 2007-2009). Graduado a nível de licenciatura em: Matemática (UEG), Pedagogia (ICSH/UFG), Filosofia (FBB) e Ciências Sociais (Faculdade Única) e, bacharelado em teologia (FATEBOV). Atualmente é Professor Titular C-II da Fundação Municipal Integrada de Ensino Superior (FIMES / UNIFIMES) desde 2014 (onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação) e Professor P-IV da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (SEDUC) desde 1999 na área de Matemática. Atua, ainda, como Docente Permanente nos seguintes Programas de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Linha 1 Currículo, Formação Docente e Diversidade (Cooperação técnica nº 1038/2019. Publicado no D. O. nº 10038 de 28/11/2019), Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Faculdade de Inhumas (PPGEDU-FACMAIS), Linha 1 Educação, Instituições e Políticas Educacionais (EIPE) e, do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (Colaboração Técnica, sem vínculo empregatício), na Linha 2 Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária. Coordenador do Grupo de Pesquisa (NEPEM/UNIFIMES-CNPq); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no interior do Amazonas (do IFAM). Associado na ANPED/Nacional. Associado na APEDUC - Associação Portuguesa de Educação em Ciências. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica em Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do Comitê Científico da Editora Atena (2019 -); Editor da Revista Científica Novas Configurações Diálogos Plurais (2020 -). Membro do Comitê Científico da área Ciências Humanas da editora Publishing. Avaliador do Guia da Faculdade (2020-). Avaliador de Cursos e Instituições cadastrado no Conselho Estadual de Goiás - CEE/GO. Pesquisador cadastrado no ORCID e no ResearchGate. Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois grupos temáticos: I Processos Educativos: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II Estudos Culturais: Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, Religiosidade e Cultura.

MARIA FILOMENA RODRIGUES TEIXEIRA – Doutora em Didática pela Universidade de Aveiro em Portugal. É professora – coordenadora na Escola Superior do Instituto Politécnico de Coimbra e membro efetivo do Centro de Investigação em Didática e Tecnologia na Formação de Professores da Universidade de Aveiro. É, desde 2010, coordena na Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), do Mestrado em Educação para Saúde. Tem experiência na área da Sexualidade e Educação em Sexualidade. De entre as unidades curriculares que leciona na ESEC, salienta, Sexualidade e Saúde (Licenciatura em Educação Básica); Sexualidade, Saúde e envelhecimento (Licenciatura em Gerontologia Social); Sexualidade, Saúde, Cultura e Media (Mestrado em Educação para Saúde). É, desde 2012, professora visitante da UNESP, Araraquara, SP/Brasil, na Pós-Graduação em Educação Sexual.

WESLEY ANDERSON DE SOUZA –. Coordenador Pedagógico no Colégio Degraus e Estatutário pela Secretaria de Educação do Estado de Goiás. Coordenador Administrativo Financeiro pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás. Pós-graduado em Psicopedagogia Institucional e Clínica, Gestão e Educação Ambiental. Graduado em Biologia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Católica de Goiás. Mestrando em Educação pela Faculdade de Inhumas – FacMais.

ÍNDICE REMISSIVO



www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A SOCIOLOGIA

e as formações sociais

Atena
Editora
Ano 2022



www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

A SOCIOLOGIA

e as formações sociais

Atena Editora
Ano 2022